

SEBASTIÃO MATOS

A CAPELA DA SENHORA DO SOCORRO

em

AREIAS DE VILAR — BARCELOS



5(469.12)

1996

O AUTOR:

SEBASTIÃO MATOS, natural da freguesia de Areias de Vilar, concelho de Barcelos, concluiu em 1965 o *Curso Teológico* do Seminário Conciliar de Braga. Em 1972/73, na Universidade de Coimbra, fez exames «ad hoc» nas cadeiras de *História de Portugal, Linguística Portuguesa e Geografia de Portugal*. Em 1973/74, frequentou o Curso de *Ciências Pedagógicas* na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde também concluiu a *Licenciatura em História* em 1979. No dia 5 de Junho de 1995, concluiu, na Universidade do Porto, o *Grau de Mestre em História Moderna*, tendo apresentado como dissertação, *Os Expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)*.

É professor efectivo, tendo leccionado as disciplinas de Português, Estudos Sociais e História, a vários níveis, exercendo, actualmente, as funções de Vereador em Permanência, na Câmara Municipal de Barcelos, após as eleições autárquicas de 1989 e 1993.

«Às vezes, quando tenho mais tempo, fico ali um pouco a olhar em redor, como que tentando captar os eflúvios que me vêm do passado. É então que um certo arrepio me torna consciente das várias alterações a que fui assistindo nestes meus 58 anos, todas referidas nesta obra. Umas, inevitáveis...; outras, talvez desnecessárias, e que descaracterizam tanto o espaço sagrado como o meio físico envolvente».

«A preservação do património cultural e artístico, a harmonia das suas construções, a preocupação de não contribuir para a poluição sonora através de carrilhões mecânicos com intensidade superior à que é suportável por um ambiente sadio e calmo, são alguns exemplos de uma responsabilidade específica neste sector».

(Do Prefácio)

A CAPELA DA SENHORA DO SOCORRO

em

AREIAS DE VILAR — BARCELOS

FICHA TÉCNICA

Título: A Capela da Senhora do Socorro em Areias de Vilar — Barcelos

Autor: Sebastião Matos

Editor: Associação Cultural e Recreativa de Areias de Vilar (ACRAV)

Fotografia: Paulo Gaspar

Capa e planta: Arq.^o Veiga de Araújo

Composto e Impresso na Companhia Editora do Minho, S.A. Barcelos

Tiragem: 1.000 exemplares

Dep. Legal n.º 101012/96

ISBN 972-96751-1-2

SEBASTIÃO MATOS

A CAPELA DA SENHORA DO SOCORRO

em

AREIAS DE VILAR — BARCELOS



*Perm
Barcelosa*

1996

10 20 10
SPECIAL MAIL
FOR THE
52520

**Aos
Meus Amigos
e
Conterrâneos**

Observações:

1 — O trabalho que aqui se apresenta baseia-se em fontes manuscritas, na análise de documentos no local e na tradição oral.

2 — Na citação dos documentos escritos actualizámos a grafia, desdobrámos as abreviaturas e modernizámos a pontuação.

3 — As fontes citadas encontram-se:

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- Arquivo Histórico do Ministério das Finanças
- Arquivo Distrital de Braga
- Arquivo Municipal de Barcelos
- Actas da Junta de Freguesia de Areias de Vilar

PREFÁCIO

Andar, tem de ser um acto conjugado entre inércia e movimento. Quanto mais arrojado for o passo que pretendermos dar em frente, mais firme tem de ficar o pé de apoio que deixamos à rearguarda. Não se vai longe a pé-coxinho, nem a marcha segura se faz por saltos no desconhecido. Bem avisado, por isso, andou o autor desta obra, meu caro amigo e conterrâneo, ao tirar coisas novas e velhas do seu tesouro (cf. Mt. 13,52) para confrontar os factos presentes com os registos do passado relativos à Capela e romaria de Nossa Senhora do Socorro, em Areias de Vilar.

Por mim, devo confessar que, não dispondo de outras razões próprias, me convenceram as aqui apresentadas; tanto mais que se baseiam em documentos. Isto não obsta a que haja lugar para outras opiniões — legítimas entre humanos, que nunca dispõem da verdade total, e sempre saudáveis e úteis para o avanço da História, quando bem intencionadas.

Mas, não foi para dirimir entre opiniões diferentes, que o autor me convidou a escrever estas linhas introdutórias. Foi, antes, para evocar as minhas recordações acerca da festa do Socorro no primeiro Domingo de Agosto e testemunhar a relação que fui estabelecendo, ao longo da vida, com a Capela e a Senhora que nela se venera.

*

No tempo da minha infância, quando as festas eram as férias do povo rural, celebrava-se ali uma grande romaria. No Domingo à tarde vinham grupos de longe acompanhados por alegres estúrdias de bombos, ferrinhos, concertina, reco-recos, violas, cavaquinhos, pandeiros e castanholas. Desa-

guavam no terreiro, as mulheres atiravam as chinelas para o lado, os homens faziam o mesmo com o chapéu, e à volta dos vetustos carvalhos rodopiavam horas a fio erguendo enorme poeirada.

Pela troca ou roubo dos pares, pelo piscar de olhos, por contas atrasadas de assalto a namoro alheio ou simplesmente pelo afamado tinto que, embora verde, em excesso também sobe — a alturas tantas os homens saltavam o muro da mata do Convento de Vilar, escolhiam as mais jeitosas varas de austrália e, em grupos ou aos pares, trocavam as quadras ao desafio pelo desafio à paulada.

Então, festa sem bebedeira e umas quantas cabeças rachadas não era festa que se visse. Como férias do povo, era um tempo de excessos e até de mais cansaço; mas as tensões acumuladas encontravam ali a sua catarse. No dia seguinte, voltava tudo ao trabalho. Os mais gabarolas acrescentavam pormenores aos feitos reais e os destemidos ou renitentes faziam apostas para a próxima, que podia ser no São Bento, na Santa Marta da Falperra, da Cortiça ou do Leão, na Senhora da Abadia, do Facho ou da Franqueira.

À noite, o espaço em redor da Capela e na zona do terreiro onde se concentravam os vendedores do vinho, dos petiscos, dos melões e melancias, era iluminado com tigelinhas de cera ou de azeite dependuradas das cordas de papel. Ao cimo do escadório, de um lado e doutro, eram montados os coretos onde duas Bandas de Música tocavam até à meia-noite, quando se deitava o fogo-presos e o fogo-de-artifício. Lembro-me perfeitamente de assistir a tudo isso de um dos coretos, sentado aos pés do meu pai, o Ti Zé Morgado, que tocou saxofone-tenor na Banda Musical de Cabreiros dos 16 aos 84 anos. (E com que emoção eu não vim descobrir, nesta obra, que a Banda de Cabreiros, que também tocou na minha Missa Nova em 1962, já tocava na festa do Socorro em 1865).

Nessa altura, era costume uma das Bandas convidadas cantar também a Missa da festa. Quando cabia a vez à de Cabreiros, o meu pai ora cantava, ora tocava flauta.

À tarde era a procissão. O adro estava sempre bem engalanado com arcos e cordas, o andor era armado a preceito e com muita altura, e o percurso, povoado de figurantes. De uma vez, devia andar lá pelos meus seis anos, fui vestido de São Tiago. Já lhes conto por que razão nunca mais me esqueci. Sobre a porta de entrada da casa de meus pais havia uma ramada de uvas brancas muito doces, a que chamávamos «uvas do Socorro» porque amadureciam por altura da festa. Ora, dos meus adereços de São Tiago, além

de veste de apóstolo e do chapéu com uma concha erguida, constava um bordão de peregrino encimado por uma cabaça, onde as minhas irmãs, ao vestirem-me, dependuraram também dois ou três cachos daquelas uvas. Suponho que até caminhei mais ligeiro e feliz, na perspectiva da merenda... Mas qual não foi o meu berreiro quando, no final, fui rodeado por vários dos meus irmãos (éramos nove) que foram depenicando os cachos sem me deixarem provar sequer, para eu não estragar o vestido alugado!

Isto devia ter sido em 1944, porque no Verão de 1945 frequentei na Capela do Socorro a Catequese para minha primeira comunhão. Foi minha catequista a jovem Maria Madalena Teixeira, que vinha passar férias à casa que a família tinha junto ao largo do Socorro e ainda lá se conserva. Bem mereceu casar pouco depois, na mesma Capela, muito festejada por um rancho de moças da freguesia vestidas à vianesa e dispostas pelos escadórios abaixo.

*

Aos 11 anos ausentei-me da freguesia, para nunca mais lá viver a não ser curtos períodos de férias e algumas festas ou acontecimentos familiares. Mas esses reencontros fortuitos com a minha terra e a sua gente proporcionaram-me, também, manter vivos todos os laços criados na infância relativamente à Capela e à Senhora do Socorro. Além disso, e prevenindo que não acredito no mero acaso, registo algumas coincidências felizes:

Recebi a minha ordenação sacerdotal em 5 de Agosto de 1962, dia da festa de Nossa Senhora do Socorro. Os meus pais estiveram na Sé do Porto, mas vieram logo embora porque o pai tinha que dar entrada com a Banda de Cabreiros às três da tarde.

Em 2 de Agosto de 1987 celebrei as minhas Bodas de Prata sacerdotais na Missa de Peregrinação do Socorro, juntamente com o padre Arlindo Torres, meu colega de Escola Primária e actual Pároco de Vila de Conde, além do padre Júlio Loureiro, outro conterrâneo.

Finalmente, regressei à mesma Capela no dia 11 de Fevereiro de 1994 para presidir à Eucaristia de acção de graças pelos 70 anos da minha Catequista, acompanhada pelo marido, o Dr. Vitorino Leão, os seus filhos e netos e muitos amigos, numa festa que se prolongou na sua Casa do Monte, em Madalena de Vilar.

Pelo meio, e antes das minhas Bodas de Prata, cheguei a pregar uma vez o sermão da festa à tarde, no interior da Capela, antes da saída da procissão.

*

Nas minhas rápidas passagens pelo Socorro, nunca deixei de subir até à Capela, de olhar para Nossa Senhora através das grades das janelas que dão para o alpendre, e lhe dirigir uma prece por mim e por todos os que fizeram parte da minha vida, nomeadamente: os meus pais e familiares, o padre Agostinho Matos, que me baptizou e orientou para o Seminário, a Dona Encarnação Chaves, minha Professora na Escola Primária, a minha Catequista, os meus colegas de Escola e de Catequese...

Às vezes, quando tenho mais tempo, fico ali um pouco a olhar em redor, como que tentando captar os eflúvios que me vêm do passado. É então que um certo arrepio me torna consciente das várias alterações a que fui assistindo nestes meus 58 anos, todas referidas nesta obra. Umas, inevitáveis em qualquer organismo vivo que naturalmente se vai renovando; outras, talvez desnecessárias, e que descaracterizaram tanto o espaço sagrado como o meio físico envolvente.

A este propósito, limito-me a transcrever o voto que, em Nota Pastoral sobre a preservação do meio ambiente, a Conferência Episcopal Portuguesa emitiu em 11 de Fevereiro de 1988: «Esperamos que não surjam das instituições da mesma Igreja, nas suas realizações e iniciativas, atentados contra o ambiente. A preservação do património cultural e artístico, a harmonia das suas construções, a preocupação de não contribuir para a poluição sonora através de carrilhões mecânicos com intensidade superior à que é suportável por um ambiente sadio e calmo, são alguns exemplos de uma responsabilidade específica neste sector» (n.º 6).

*Fátima, 2 de Junho de 1996
Festa da SS. Trindade*

Frei José Joaquim Lopes Morgado
franciscano-capuchinho

NOTA PRÉVIA

Não estava nos nossos planos, nesta ocasião, escrever sobre a Capela da Senhora do Socorro, sita em Areias de Vilar. Pensávamos fazê-lo noutra oportunidade.

Porém, devemos confessar, a alteração da ERA que se encontrava nas padieiras das duas portas da Capela, a porta principal e a porta lateral, foi a razão próxima que nos levou a proceder a uma investigação de carácter urgente. Não ficaríamos de bem connosco e com a verdade se o não fizéssemos.

Queremos, porém, desde já esclarecer que isto nada tem a ver com quem, autor material ou moral, irreflectida ou conscientemente, procedeu a tal alteração. Nada temos contra pessoas. Tem, isso sim, a ver única e simplesmente com a verdade histórica que foi falseada. É preciso combater os erros. Não pactuar com o mal instalado é caminho de justiça e o traçar de horizontes de transformação.

Em história, como em quase todas as coisas da vida, podemos mudar os conceitos pessoais desde que a força dos argumentos seja superior à nossa razão. A nossa razão, porém, nunca deverá ser força de bloqueio ou agente que permita destruir, danificar, ou adulterar qualquer documento que não ajude ou contrarie a nossa tese.

A história faz-se com documentos e a objectividade destes não se compadece com a subjectividade e interesses de quem os manuseia. É com este espírito que pretendemos esclarecer, clarificar, dar a nossa opinião sem a impor a ninguém, formular teorias, admitir dúvidas,

tecer hipóteses, num gesto que pretendemos seja enriquecedor para leitores e estudiosos.

Um dia mais tarde, daqui a uns anos, se tivermos vida e saúde, voltaremos ao tema, para apresentação de um estudo que pretendemos seja mais completo, mais desenvolvido, mais documentado (se os documentos aparecerem) e entrosado na complexa realidade sócio-religiosa desta freguesia.

Finalmente, trata-se de uma publicação que, acima de tudo, diz respeito e tem interesse para as gentes da nossa terra. Tomamos, pois, a liberdade de a dedicar a todos quantos aqui nasceram, aqui vivem e aos queridos professores do ensino primário que noutros tempos, sem condições, nos ensinaram as primeiras letras.

O autor

I

SENHORA DO SOCORRO

A devoção à Mãe de Deus foi sempre um atributo muito especial da característica fé do povo minhoto. Na sua simplicidade, o povo humilde e bom dirigia-se a Maria, confiava-lhe o seu coração para altar e construía um templo nas colinas e outeiros, para aí, na solidão ou em comunidade, lhe prestar culto, lhe dirigir uma prece.

De tudo se serve o povo para invocar Nossa Senhora: um passo alegre ou triste da sua vida; um passo gozoso, doloroso ou glorioso da Virgem Maria; o nome da sua aldeia, da sua vila ou da sua cidade; os montes e os vales, as serras áridas e os campos verdejantes, as plantas, as fontes, os rios, as ribeiras e os mares; a luz e as trevas, a aflição e o alívio, as dores e os remédios, etc.

De acordo com o seu estado de espírito, individual ou colectivo, a imagem tradicional ou imaginada recebe o nome do topónimo local, nasce a devoção e o povo invoca a Mãe de Deus, como se Ela fosse natural dali. Assim aconteceu em Fátima, no Sameiro, no Facho, na Franqueira, na Nazaré, em Belém, em Lourdes, em Alcobça, em Vila Viçosa, para só falar das invocações mais conhecidas.

Outras vezes o povo invocou-a por razões sentimentais e de cariz pessoal e chamou-lhe Senhora da Alegria, Senhora da Caridade, Senhora do Sorriso, Senhora da Paz, Senhora dos Prazeres, Senhora da Pureza, Senhora da Vitória, Senhora do Bom Sucesso.

Nas aflições e em momentos difíceis da vida a ela recorreu e, no meio da sua dor, clamou pela Senhora dos Aflitos, Senhora das Necessidades, Senhora das Angústias, Senhora do Socorro, Senhora das Lágrimas, Senhora do Livramento, Senhora das Tribulações, Senhora da Maternidade, Senhora do Alívio, Senhora da Agonia, Senhora da

Boa Memória, Senhora dos Enfermos, Senhora dos Remédios, Senhora do Amparo, Senhora dos Milagres, Senhora do Patrocínio.

Por motivos de ordem profissional chamou-lhe Senhora dos Alfaiates, Senhora das Alfândegas, Senhora da Boa Viagem, Senhora dos Caminhos, Senhora dos Pastores, Senhora dos Navegantes, Senhora do Descanso.

Relacionando-a com o tempo solar e os trabalhos do campo, agradeceu-lhe e pediu-lhe protecção, apelidando-a de Senhora da Abundância, Senhora das Colheitas, Senhora da Aurora, Senhora da Claridade, Senhora da Luz, Senhora do Firmamento, Senhora das Fontes, Senhora das Nascenças.

De acordo com o tempo litúrgico, proclamou-a Senhora da Anunciação, Senhora da Apresentação, Senhora do Ó, Senhora da Expectação, Senhora da Natividade, Senhora da Fuga, Senhora da Soledade, Senhora da Assunção.

Num gesto abrangente invocou-a como Mãe de Deus, Mãe dos Homens e Mãe da Igreja. E quantas outras invocações, aos milhares, não há espalhadas por todo o mundo!

Em Areias de Vilar, o povo chamou-lhe Senhora do Socorro e erigiu, em sua homenagem, uma capela. A devoção alterou a denominação toponímica do local e, o que até aí se chamava Monte Redondo, pela sua configuração, passou a designar-se Monte do Socorro. As casas foram-se construindo nas imediações e nasceu o lugar do Socorro.

Vilar de Frades é a designação do antigo convento, primeiro dos Frades Bentos e, a partir do início do segundo quartel do século XV, da Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, os Cónegos Azuis ou Lóios. Hoje, depois de muitas transformações, o que resta do antigo convento está adaptado a Casa de Saúde.

A placa que falta referia-se à Igreja do Convento, actual matriz da paróquia, e ao chafariz existente no pátio da antiga casa conventual, monumentos nacionais por decretos de 16/06/1910 a igreja, e de 29/09/1940 e 18/08/1943 o chafariz.

Areias de Vilar é o nome da freguesia em cujo aro geográfico se aglutinam os espaços de três antigas comunidades: S. Salvador de Vilar, S. João de Areias e Santa Maria Madalena. Santa Maria Madalena foi anexada ao Convento no século XV, por renúncia do pároco de então, enquanto que S. João de Areias o fora um pouco mais tarde.

Santuário de N.^a S.^a do Socorro é a terminologia recentemente adoptada para designar a Capela da Senhora do Socorro, localizada em lugar aprazível, na referida freguesia de Areias de Vilar. Expressão imposta há alguns anos atrás, após se instituir o ciclo das peregrinações, quando deixou de se fazer a tradicional romaria à volta da Capela e as feiras de gado debaixo das frondosas e seculares carvalheiras.

É sobre esta Capela e acima de tudo sobre a data da sua construção, sobre a festa que aqui se realiza há muitas dezenas de anos, de uma ou outra forma, sobre o espaço envolvente, adro e terreiro, que nos propusemos escrever.

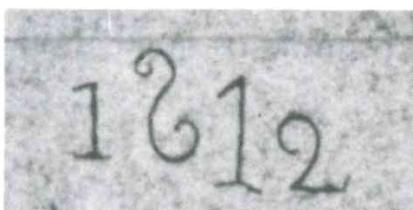
Quando, em 1988, escrevemos um pequeno artigo sobre a Capela do Socorro, afirmámos que esta havia sido construída no ano de 1812. Fizemo-lo baseados na data gravada nas padieiras das portas.

Porém, no ano transacto, por ocasião da peregrinação que todos os anos se realiza no primeiro domingo de Agosto, foi distribuída uma pagela que pretendia informar sobre alguns dados históricos do *santuário*, na qual se podia ler: *data da construção: 1619 — ver porta principal e lateral onde os algarismos «6 e 9» decorados a gosto da época parecem «8 e 2»*.

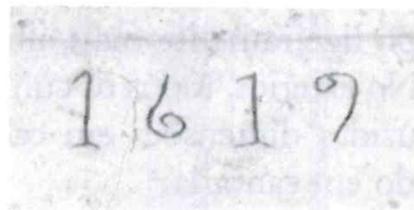
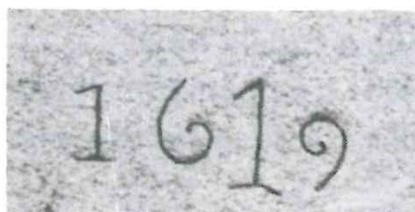
Esta notícia levou-nos a passar pelo local para observar e constatar «in loco» a veracidade da afirmação e, se fosse caso disso, corrigir o nosso erro. Chegados ao local, já não encontrámos os ditos algarismos decorados que nos permitiriam estudar a leitura. Encontrámos, sim, a data alterada para 1619. O algarismo das centenas e o das unidades

tinham sido adulterados a golpe de cinzel: do «8» fizeram um «6», do «2» fizeram um «9».

Ficámos perplexos e preocupados com a mentira histórica e, num lampejo, recordámos que em tempos havíamos feito umas fotografias à ERA. Fomos em sua busca e não fora a sorte teria desaparecido um documento que agora consideramos de máxima importância, para ajudar a compreender toda esta problemática.



Data que se encontrava na porta lateral antes da adulteração verificada em 1995.



Datas adulteradas nas portas principal e lateral, em 1995, onde se nota a força do martelo, na parte inferior do “2” e vestígios da parte superior do “8”.

Comparámos o passado com o presente e confessamos ter ficado surpresos, estupefactos e consternados.

Quem diabo teria destruído o que há tantos anos estava gravado na pedra, e quais as motivações recônditas que estiveram na mente do seu autor?

Pensamos que, quem cometeu tal acto, o autor material ou moral, os dois se não se trata da mesma pessoa, teve o intento de deturpar a verdade, ludibriar os incautos, manipular mentes, lesar o património e destruir documentos.

Por este acto, a história da Capela do Socorro foi desvirtuada. A Capela ficou mais pobre, como mais pobre ficaria se algum iconoclasta se lembrasse de destruir a imagem da Virgem Maria que aí se venera.

Agora, que já passaram uns meses, que moderámos o agastamento e a indignação, com frieza, objectividade e realismo, sem quaisquer preconceitos contra quem quer que seja, vamos tentar repor a verdade, na certeza que nunca conseguiremos reabilitar os documentos violados.

ESTA CAPELA NÃO É DO SÉCULO XVII. Na nossa opinião esta Capela, voltamos a acentuar, pois é desta que se trata, esta que se encontra no alto do Monte Redondo não foi construída em 1619. Pelo contrário, a começar pela própria data que se encontrava nas padieiras e por todos os outros documentos que conseguimos reunir, esta edificação é do século XIX.

1. A Arquitectura

A Capela é de uma arquitectura sóbria, tipicamente regional, sem qualquer riqueza exterior ou interior. De planta rectangular tem o corpo ligeiramente mais alto e mais largo que a capela-mor.

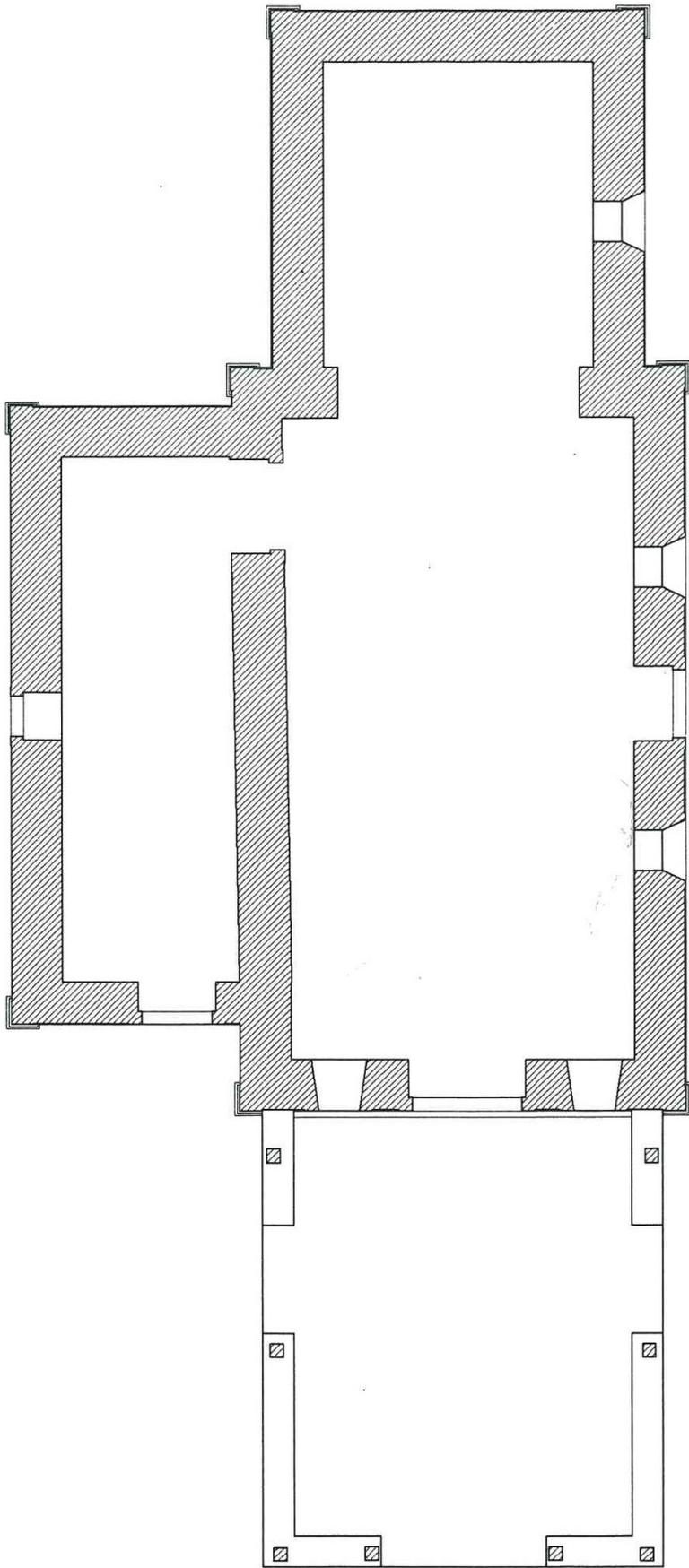
No exterior, todos os cunhais são construídos em pedra trabalhada, de reduzidas dimensões em cada face. A cornija e o friso são do mesmo modo em cantaria.

A porta principal, de friso e diminuta cornija, ligeiramente descen-trada, é protegida por um cabido, sobre o qual se encontra um óculo que serve de fonte de luz ao coro.

Os telhados, em dois volumes, são de duas águas, sendo o da sacristia um prolongamento do telhado superior.

A sacristia, construída a poente, de dimensões razoáveis, tem uma porta para o interior da capela, um pouco abaixo do arco e outra para o exterior, voltada, à semelhança da porta principal, para Sul. Sobre esta porta, a nível do telhado, erguem-se duas sineiras com os respectivos sinos.

O interior é bastante pobre, com soco em pedra serrada, colocado recentemente, lambrim em azulejo de colorido azul, sem qualquer interesse artístico, e as paredes rebocadas e pintadas de branco. O tecto é em madeira, de tábua corrida, sem qualquer ornamentação ou pintura, enquanto que a balaustrada do coro, em madeira, é simples e despre-tensiosa.



Capela da Senhora do Socorro — Planta

De cada lado da porta principal rasgam-se duas pequenas aberturas gradeadas. Por debaixo da do lado direito, encontra-se a caixa de esmolas, com duas ranhuras que permitem a introdução de dinheiro papel e moedas, conforme os casos e a vontade do devoto esmoler.

No interior, ao fundo, na face lateral direita, encontra-se uma pia de água benta. Do mesmo lado rasgam-se duas janelas que fornecem a luz para o corpo da capela e a porta lateral. Uma terceira janela, com as mesmas dimensões das anteriores, ilumina a capela-mor. Do lado esquerdo encontra-se a porta da sacristia e um púlpito em granito, pintado de branco, com grades em madeira, de feitura pobre, cujo acesso se faz pela sacristia.

A estatuária resume-se a três imagens. Nos vértices junto do arco, na parte de baixo, encontram-se duas peanhas em pedra, que suportam as imagens da Senhora de Fátima e de Santa Teresa, estando a imagem da Senhora do Socorro na parte superior, colocada em cima de uma coluna em pedra, onde se encontra incrustado o sacrário.

O arco de volta perfeita, separador dos dois corpos da capela, é em granito, bastante alto, com fecho saliente e sem qualquer outro trabalhado.

O pavimento da capela-mor está ao mesmo nível do corpo principal, encontrando-se o altar, de pedra polida, colocado sobre um patamar mais alto dois degraus.

As dimensões da capela, comprimento e altura, dão-lhe uma volumetria que em nada se coaduna com as construções das ermidas da época de seiscentos.

Pela análise arquitectónica, pela apreciação da estrutura, pela avaliação de todo o conjunto, não vemos qualquer razão para dizer que a data existente nas padieiras tinha dois algarismos decorados, tratando-se, conseqüentemente, de um edifício do século XVII. Pelo contrário, poder-se-á mesmo deduzir que a capela construída em 1812 sofreu, posteriormente, tais alterações, que a existente não é a mesma.

Partamos, porém, do princípio falso que esta Capela, como alguns pretendem, foi mandada construir em 1619. Nesta hipótese, mera suposição académica, quem procedeu à sua construção foram os Frades Lóios que, na mesma ocasião, procediam às obras do Convento e da Igreja de Vilar de Frades.

Tendo por base a dita suposição académica, não repugna que os oficiais de Vilar estivessem na sua construção: o risco do técnico da arte, os serviços do mestre pedreiro, o trabalho dos canteiros, todos quantos laboravam nas grandes obras que então se desenvolviam. O contrário é que seria de estranhar.

Se não repugna que fossem os mesmos artífices, não é admissível, torna-se incompreensível, que o arquitecto e o artista não espelhassem na obra o seu carisma, o seu saber fazer, tanto mais que o dono da obra era o mesmo. Assim sendo, entre a traça do Socorro e as outras obras haveria semelhanças, quer na concepção, quer no “modus faciendi”, características personalizadas dos artistas.

O que se verifica é que, entre esta e as outras obras mandadas fazer pelos Lóios, para além da matéria prima, o granito característico da região, nada existe de comum.

Se nada existe de comum que a identifique com o Convento de Vilar e a sua Igreja, o mesmo acontece quando a comparamos com outras capelas existentes na região, cuja construção se verificou nos séculos XVII e XVIII, e que, ao longo dos séculos, não sofreram obras de vulto que lhes alterassem a estrutura.

Não encontramos elementos artísticos, arquitectónicos ou quejandos que nos permitam atirar esta capela para tal época. Está em causa a estrutura, o aparelho, a volumetria, o coro, o arco cruzeiro, a sacristia e outros pormenores de construção.

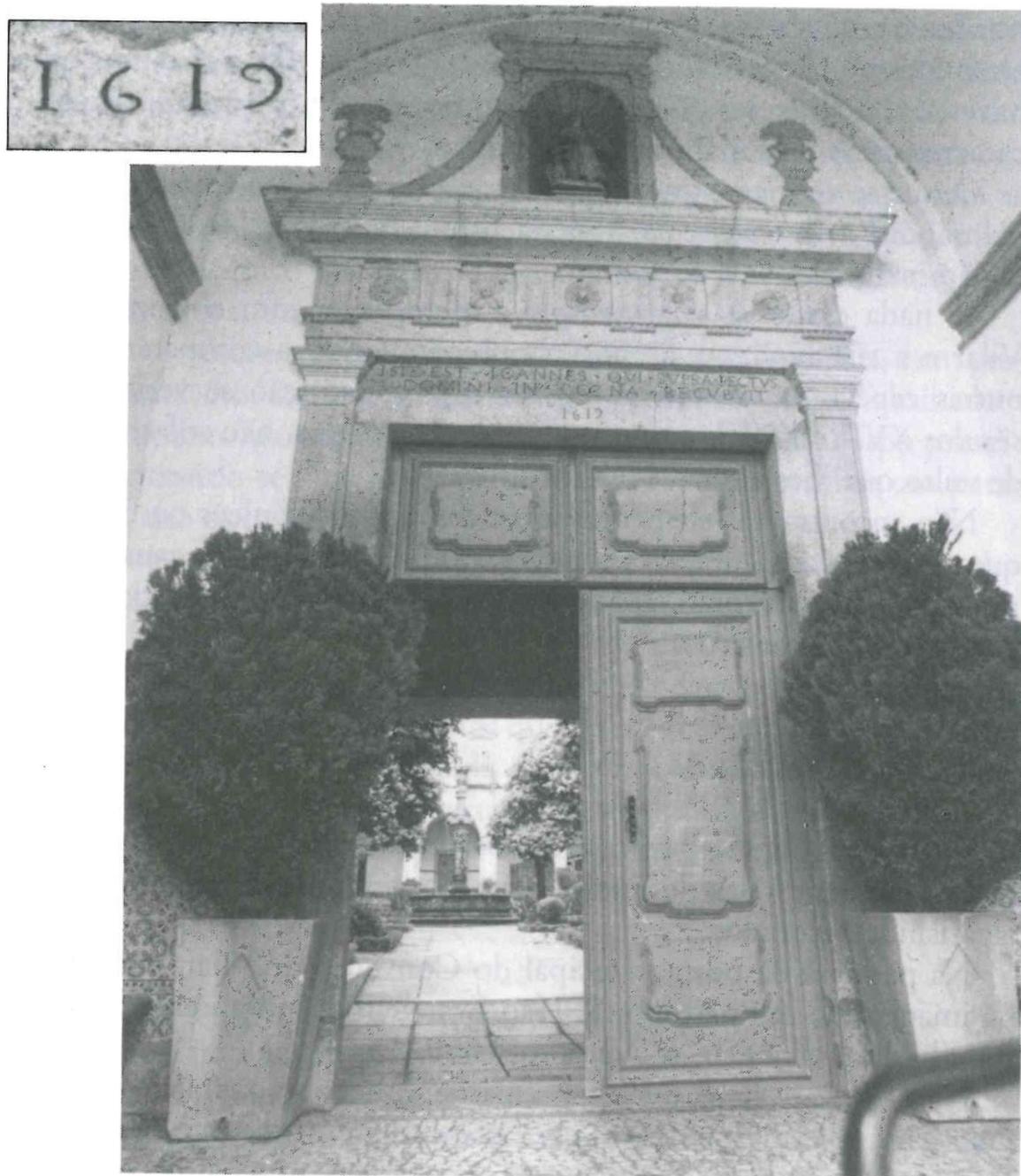
2. Os Algarismos

Entre esta Capela e as construções seiscentistas mandadas edificar pelos Lóios em Vilar de Frades nem de comum existem os pretensos algarismos decorados.

Na padieira da porta principal do Convento de Vilar, por debaixo da imagem do seu patrono, S. João Evangelista, juntamente com uma frase bíblica, encontra-se a data — 1619.

Não há nesta ERA qualquer algarismo decorado, tratando-se precisamente da mesma data que pretendem atribuir à Capela do Socorro. A serem os mesmos artistas, teriam procedido da mesma maneira.

Talvez alguém contraponha dizendo que os construtores da capela pretensamente seiscentista eram mais toscos e não teriam sido os mesmos que trabalharam as pedras do Convento e da Igreja de Vilar. Se fossem mais toscos não é compreensível que tivessem utilizado a escrita decorada, que é mais difícil de representar.



Portal do Convento de Vilar de Frades

Aos meus oponentes e aos mentores de que os pedreiros seriam distintos daqueles que fizeram os algarismos da porta conventual, ou seja, outros com menor precisão de risco e menos capacidade, podemos responder com os algarismos gravados nos marcos de Vilar¹, um deles no terreiro do Socorro e outro à margem da estrada, datados de 1619 e 1614, respectivamente.

Gravados como os anteriores na pedra, em nenhum destes dois marcos há algarismos decorados, apesar de lá existirem o «6» e o «9». Trata-se de algarismos normais, como aqueles que aprendemos a fazer na escola primária.

A certeza da nossa convicção aumentou quando procuramos analisar outras datas, nesta freguesia, noutros documentos líticos e o «6» é mesmo um «6», sem qualquer decoração.

Então vejamos: Na sepultura do Bispo D. Francisco de Santa Maria, que se encontra no transepto da Igreja de Vilar consta que ele morreu aos *6 de Setembro de 1596*. Nesta inscrição temos dois «6» e um «9» e, apesar de apenas ser mais antiga uma vintena de anos, nenhum deles está decorado.

Com pouco mais de vinte anos que a suposta ERA decorada, encontramos 1645, na inscrição da sepultura de Diogo de Vilas Boas, na última capela da Igreja de Vilar, do lado sul. Do mesmo modo aqui o «6» não está decorado.

Não há algarismos decorados na data que se encontra na porta principal da igreja paroquial — 1694 —, data gravada sobre a madeira. Também aqui existe o mesmo «6» das centenas e um «9» das dezenas. Nenhum deles foi decorado.

Só nos reputámos a datas existentes nesta freguesia, num alargado período cronológico, porque se quiséssemos apresentar datas do mesmo ano e século, de outras terras, seriam às dezenas.

¹ Estes marcos eram os limites entre S. Salvador de Vilar e Santa Maria Madalena de Vilar. Em reunião de Junta de Paróquia, de 2 de Agosto de 1914, a propósito de um deste marcos, o presidente disse ter chegado ao seu conhecimento que há dias, *mãos traiçoeiras e de mau gosto derrubaram o antigo marco divisória desta freguesia e da Madalena de Vilar, sito no terreiro de Nossa Senhora do Socorro, nos limites destas duas freguesias; que podendo advir mais tarde, da falta de tal marco inconvenientes insanáveis para as duas freguesias limitadas, propõe que a Junta de Freguesia mande colocar o marco no sítio donde derubado e mande participação do crime cometido para o poder judicial, para os devidos efeitos.*

Se o «8» foi sempre um oito, também o «2», o algarismo das unidades de 1812, que se encontrava nas padieiras da Capela do Socorro, era mesmo um dois e sempre foi tido como tal. Deixaram de o ser quando se pretendeu, sem qualquer estudo e investigação, por fins desconhecidos e inqualificáveis, dar uma maior antiguidade à vida da Capela.

O «2» não servia, não podia ficar lá, porque depois de alterar o «8» para «6», a imaginária capela seria de 1612, conseqüentemente «existindo» oito anos antes de existir uma pequena ermida, sob a mesma invocação, noutro lugar. Não podendo ficar lá o «2» foi necessário aproximar a data o mais possível do inventado. Assim o «2» deu lugar ao «9» e nasceu o 1619.

Sem escrúpulo, sem querer fazer história, com o objectivo de enganar os incautos, dizendo que as coisas têm mais idade do que na realidade têm, há que picar a pedra, destruindo a base do «2». A partir de agora todo o desconhecedor da verdade pensa que aquele «9» sempre foi virgem, quando de facto quem perdeu a virgindade foi o «2».

Assim se falsifica uma data e assim se destroem os documentos históricos. O «8» foi mutilado na parte superior para parecer um «6» e o «2» foi castrado na parte inferior para parecer um «9». Só que a atribuição de uma data não se faz por estimativa, nem os pedreiros podem ser acusados de erros que não cometeram.

Mas estes falsos «6» e «9» ainda não estão perfeitos; na volta superior, ainda lá restam uns sulcos que não se coadunam com o semicírculo das suas presunções. Mais duas marteladas, duas cócegas à pedra e estamos perante a falsificação perfeita, o crime completo.

Porém, e continuando com a mera hipótese académica, partamos do princípio que de facto os algarismos «8» e «2» eram algarismos *decorados ao gosto da época* e mais não eram de que um «6» e um «9». Se assim era, não havia razão intelectual, humana ou espiritual, para mudar o que estava bem, a não ser um sentimento que apelidamos de doentio, para não falarmos de maldade e falta de senso comum.

A ser verdade, deixassem permanecer o que estava bem, para no futuro os vindouros saberem o que eram algarismos decorados.

Há que fazer história, é urgente preservar o património, mas todo e qualquer património, defender a memória colectiva de um povo, sem

nunca, a qualquer título, destruir ou mutilar documentos, ainda que estes sejam incómodos para as nossas ambições.

Agora, urge reparar da melhor maneira o crime de lesa património que foi cometido e repor a verdade dos factos. As férteis imaginações que criem desfechos, pois, esta freguesia está mais pobre no seu património, debilitada na sua memória, irreconhecível nos seus monumentos.

3. A Devoção e a Construção

É evidente que primeiro nasce a devoção, depois o culto e só mais tarde aparece a obra. A princípio surge uma obra pequena; à medida que a devoção cresce, vai-se transformando. Assim aconteceu, em pleno século XX, em Fátima. Primeiro fez-se a capelinha das aparições e só depois o santuário.

Ao defendermos que a Capela que hoje temos foi edificada no século XIX, não queremos identificar temporalmente esta construção com a devoção à Senhora do Socorro. São coisas diferentes. Se esta construção é do século XIX, a devoção à Senhora do Socorro, nesta freguesia, remonta a muito antes, talvez antes do século XVII e já vem expressa nas Memórias do Padre Jorge de São Paulo, escritas em 1658.

O Padre Jorge de São Paulo, como cronista que era e servindo-se de outros cronistas, merecendo-nos o crédito que atribuímos aos cronistas, depois de descrever uma série de obras realizadas em Vilar, refere-se a um dos seus confrades, e escreve sobre a sua devoção à Senhora do Socorro, nestes termos: *...defronte do convento, para o poente, obrou o P.e Reitor António da Ascensão, a primis fundamentis, no ano de 1620 uma ermida da invocação de Nossa Senhora do Socorro, pela devota imagem que da Santíssima Virgem o Rev.do P.e Bernardo da Anunciação levou da sua cela onde a tinha em um oratório com notável veneração e como aposento de tal Senhora se edificou a ermida com toda a perfeição e todo o guizamento, para se celebrar quando a devoção o pedisse (...) despendeu nesta obra 20 réis.*

Conclui-se que, em 1620, a devoção de um conventual à Senhora do Socorro, levou a sua comunidade a construir uma

ermida, onde entronizou a imagem que ele tinha na sua cela. É importante dizer-se, desde já, que esta construção nada tem a ver, ao que parece, com a vontade da comunidade paroquial de então. A obra foi mandada fazer pelo P.e Reitor, pela devoção de um frade e não do povo, sendo paga por quem a mandou executar.

A este documento do cronista pode associar-se um análogo, em que outro padre da mesma congregação, procura dotar a Ermida de fundos, para custear as despesas da celebração anual. Assim, *por escritura de doação feita aos quinze dias do mês de Dezembro de 1620, pelo Padre Gaspar da Ressurreição [a Ermida] foi dotada com vinte medidas de cereal, a saber catorze de milho alvo e seis de centeio, em cada ano, impostas em várias propriedades da freguesia de Roriz.*

Os dois documentos, extraídos de fontes diferentes, levam-nos a tecer algumas considerações.

Primeira: — se a construção foi autorizada e realizada em 1620, se a dotação de fundos é de 13 de Dezembro do mesmo ano, a data de 1619, que tentaram inventar, não pode ser verdadeira. Naquele tempo as constituições diocesanas não permitiam que se iniciasse qualquer obra de cariz religioso sem que se formulasse o pedido dirigido ao Ordinário diocesano, cujo autorização e respectivo licenciamento era manifestado por escritura pública. No século XVII não havia desobediências formais à autoridade, por parte dos Lóios.

Segunda: — os canteiros não seriam tão toscos que se enganaram, nem tão maus que procuraram enganar-nos, gravando na pedra a data do ano anterior àquele em que se iniciou a construção. Nisto, como em outras coisas, eram rigorosos. A terem cometido tal erro jamais poderíamos acreditar em qualquer data gravada na pedra, pois sobre nós pairaria sempre o fantasma da desconfiança e a dúvida se o pedreiro, por inabilidade ou malícia, nos ludibriou.

Terceira: — o padre Jorge de São Paulo fala-nos na construção de uma ermida e afirma-o por duas vezes. As ermidas são de pequenas dimensões, de reduzido comprimento, com a largura pouco superior à de um de um diminuto altar, sem sacristia e sem coro.

Dentro da mesma linha de pensamento, a reduzida área construída que se depreende da denominação — ermida — forçosamente teria de ser um edifício pequeno pela verba despendida na construção. O cronista, no mesmo documento, apresenta o custo dos muros de pedra e cal, dos currais, dos palheiros, da eira e da ermida. Para esta fica a mais reduzida parcela de todas as verbas gastas em obras, muito inferior a qualquer uma das outras iniciativas.

Ermida pequena, pois, não se justificava que fosse maior, uma vez que se destinava a colocar uma pequena imagem que um dos *bons homens de Vilar* tinha na sua cela, num oratório.

A pequenez das ermidas não é coadunável com a actual Capela do Socorro, que tem uma área significativa e volumetria considerável, bastante superior à das antigas igrejas matrizes de Areias de Vilar e Madalena, às quais o cronista já apelida de capelas — Capela de S. João e de Santa Maria Madalena. Estas, apesar de denominadas *capelas*, são pequenas e não têm sacristia nem coro.

Quarta: — o cronista, a outro passo, afirma: *Estão na cerca² espalhadas algumas destas ermidas edificadas a espertar os ânimos dos religiosos contemplativos, obradas todas por artifício dos padres curiosos e de habilidade.*

Não havia, pois, uma única ermida, uma única devoção, mas espalhadas pela quinta várias ermidas, diversas devoções. O trono para as imagens seria um pequeno nicho, condizente com as dimensões da imagem.

Espaço reduzido, uma vez que a principal função das ermidas é o isolamento para a oração e contemplação — *edificadas a espertar os ânimos dos religiosos contemplativos.*

A Ermida da Senhora do Socorro seria em tudo, até nas dimensões, semelhante às outras ermidas e não teria, como é óbvio, a área e volumetria da actual Capela. Seria, como as outras, construída dentro de muros, porque paga pelo reitor sem contributo do povo.

² Aqui a palavra *cerca* tem de se ter entendida como terreno vedado, fechado por um muro.

Acrescente-se que a um espaço com as dimensões de uma capela, os nossos antepassados nunca chamavam ermida, enquanto o contrário não é verdadeiro, porque às ermidas chamavam muitas vezes capelas, pequenas capelas e capelinhas.

4. Santuário Mariano

Frei Agostinho de Santa Maria, da Congregação dos Descalços de Santo Agostinho, na sua obra intitulada SANTUÁRIO MARIANO, procurou descrever todos os santuários e capelas, sob qualquer invocação, dedicados à SS. Virgem.

Registou, nos mais diferentes lugares, milhares de capelas e invocações de Nossa Senhora, em Portugal e no Brasil.

O IV volume desta obra monumental, referente à diocese de Braga, foi publicado em 1712 e dedicado ao Arcebispo Dom Rodrigo de Moura Teles. O autor fez intensas pesquisas, pois estava na sua mente não falhar. Para além de um intenso trabalho de campo, serviu-se das informações fornecidas pelas dioceses, pelas congregações religiosas, pelos pregadores e pelos párocos.

Sendo o Reitor de Vilar examinador Sinodal do Arcebispado de Braga, pároco de Areias e Madalena de Vilar e patrono de quinze freguesias, Frei Agostinho de Santa Maria não deixaria de o consultar sobre as capelas e imagens de Nossa Senhora, existentes na sua paróquia e nas restantes freguesias anexas. Nesse volume, com mais de 700 páginas, um dos doze que constituem a obra completa, não refere nenhuma imagem nem capela com a invocação de Nossa Senhora do Socorro, em Areias de Vilar.

Parece óbvio que a existir uma capela, com as dimensões da que hoje existe, o Reitor de Vilar a tivesse enumerado e descrito.

Embora se trate de um argumento pela negativa, ele tem peso suficiente para concluirmos que não existia uma capela e que a ermida, construída um século antes, se encontrava em ruína e a devoção em decadência.

5 — Memórias Paroquiais

O Reitor de Vilar de Frades não prestou todas informações solicitadas pelo P.e Luís Cardoso, quando, em 1758, lançou um inquérito às paróquias do reino para saber dos seus bens, da sua população, dos lugares, das capelas, das festas, etc. Limitou-se o Reitor de Vilar, com pouquíssimas variantes, a copiar três páginas daquilo que os cronistas, Padre Jorge de São Paulo e Padre Francisco de Santa Maria, haviam escrito. Vai mesmo ao ponto de citar as páginas do *CEO ABERTO NA TERRA*, onde se encontra o que acabava de escrever.

É, pois, um documento limitado, pobre, para aquilo que dele se pretendia e é pena.

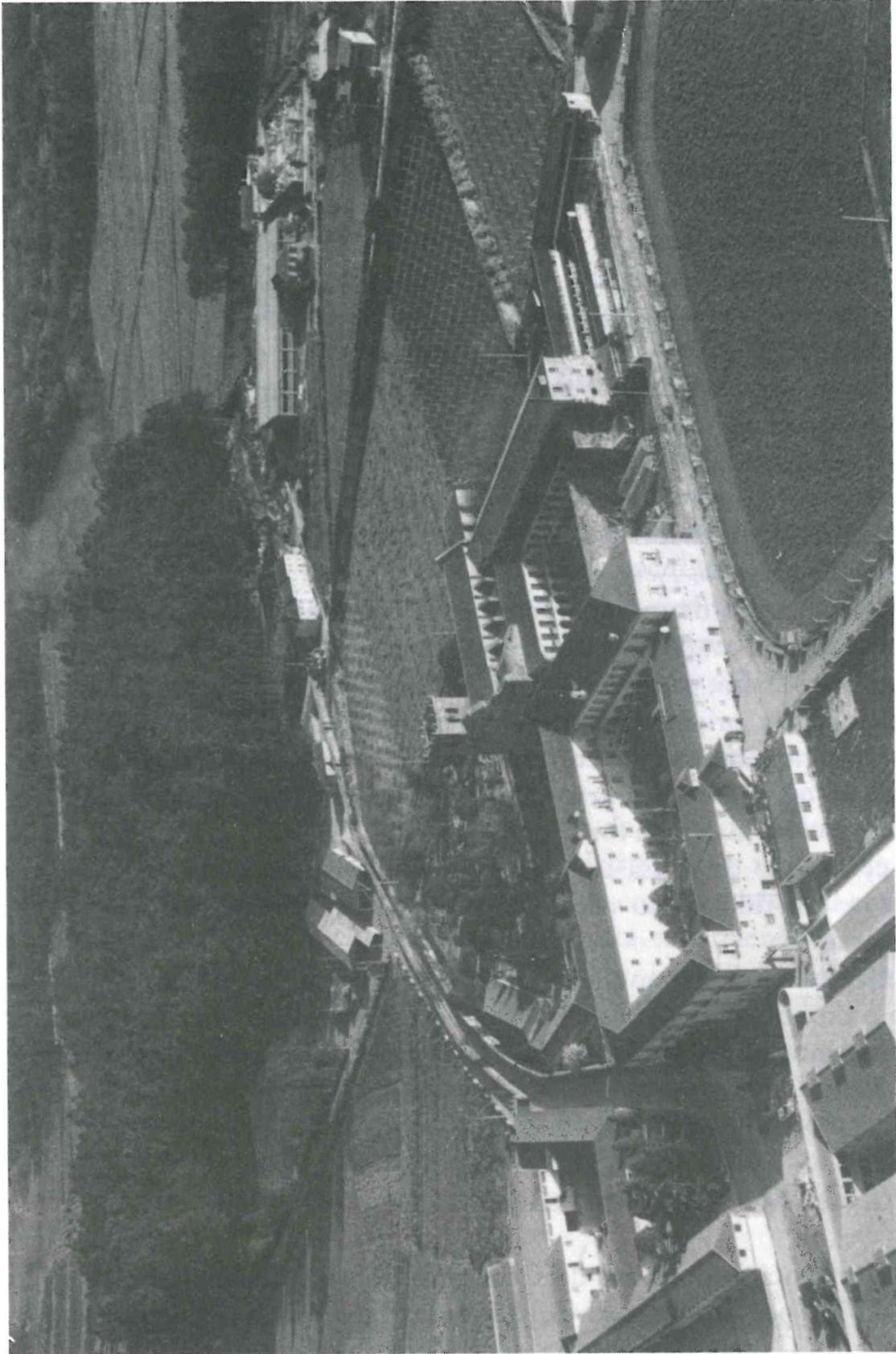
Da Capela do Socorro, diz: *está defronte da Casa de Vilar, em um alto e tem seu rendimento, é administrada pelos vice-reitores de Vilar, e vai a mesma comunidade em procissão cantar-lhe a missa e fazer o sermão em dia da Senhora das Neves.*

O confronto deste documento com os anteriores, vem confirmar-nos a hipótese avançada acima, ou seja, que a primitiva Ermida deixou de existir. Assim, entre 1712 e 1758, foi reconstruída e possivelmente aumentada a primitiva Ermida. Mantém-se a expressão *defronte de*, embora lhe retire o convento para o identificar com a Casa de Vilar. Diz que *tem o seu rendimento*, referindo-se, certamente, às medidas de milho e centeio de que fora dotada em 1620. Afirma que a festa consta de celebração da missa e sermão no *dia da Senhora das Neves*, o que sempre foi tido como certo, não referindo, porém, a existência de romaria.

Quisemos deixar aqui este documento por uma questão de princípio e cronologia. Mais abaixo ser-nos-á permitido voltar a ele, para afirmarmos que esta segunda construção coexistiu com a actual capela.

6. Os Bens do Convento

O inventário dos bens do Convento de Vilar de Frades, elaborado em 1834, por ordem do Ministério das Finanças, faz a seguinte descrição da Capela da Senhora do Socorro: *A bem pouca distância do*



Igreja e Convento de Vilar de Frades

sobredito Convento sobre uma elevada colina, está situada a Capela de Nossa Senhora do Socorro com a porta virada à estrada que conduz a Barcelos e as costas ao rio Cávado. É pequena, mas feita ao gosto moderno. Tem um retábulo quase novo pintado a mármore de várias cores e com frisos e com mais relevos dourados. O tecto é côncavo de madeira pintada de azul, tem uma sacristia ao lado do Evangelho e logo próximo tem um púlpito com balaustres torneados e pintados de azul e branco. De frente da porta da sacristia está uma porta travessa e tem duas frestas, uma de cada lado, com vidros pregados em ferro em forma de grade. Os degraus do altar são de pedra e o pavimento da capela também é de pedra.

Item no meio do retábulo está a imagem de Nossa Senhora do Socorro a qual terá cinco palmos de alto; tem uma coroa de folha de flandres e o menino um resplendor da mesma folha. Aos pés da mesma Senhora está outra pequenina imagem de Nossa Senhora do Socorro, a qual terá um palmo de alto, e tem uma coroa também de folha de flandres; por diante está um arco pequeno de damasco vermelho com seis galões dourados. Ao lado do Evangelho está pintada, no mesmo retábulo, a imagem de Santo António e do lado da Epístola a imagem de Santiago. Na banquetta tem seis castiçais e um crucifixo tudo de pau trabalhado com simplicidade; estão pintados de branco achumbado e os frisos dourados.

Item no altar tem três sacras com sua vidraça e cujo caixilho é de pau dourado. Tem uma toalha de pano de linho já rota e tem uma pedra de ara.

Item ao lado da Epístola está uma mesa pequena velha com duas gavetas e sobre ela estão duas galhetas e um pratinho de estanho e um banco encostado à parede. Do lado do Evangelho está uma mesa em bom uso, mas faltam-lhe as gavetas.

Item no meio da capela estão três bancos de pinheiro.

Item uma lâmpada de latão.

Item na sacristia tem um vestuário de castanho com três gavetas e dois armarinhos dos lados, com suas argolas e espelhos de latão. Dentro de um gavetão está uma bolsa de corporais, de damasco branco por um lado e vermelho pelo outro, e tem dentro um corporal, uma pala e um véu branco de cálix. Tem mais três velas de cera, tem um banco de pinheiro e uma pequena caixa com restos de milho. Tem mais um mocho de pau.

Este documento é importante e dele podemos extrair algumas conclusões. Na sua globalidade se o confrontarmos com os já declarados, concluímos que o seu conteúdo é discrepante do texto produzido pelo Padre Jorge de São Paulo. Logo esta capela não é a mesma que foi descrita pelo cronista.

Façamos uma análise ao primeiro parágrafo. O anotador, neste ano de 1834, certifica que a Capela do Socorro tem a *porta virada para a estrada* e não diz que fica defronte para o convento; chama-lhe *capela* e não *ermida* e atesta que está *feita ao gosto moderno*. São afirmações que corroboram e esclarecem o pensamento que temos vindo a desenvolver, afirmações importantes conducentes a provar a idade da actual Capela.

As construções religiosas da Idade Média e Moderna, salvo raras excepções, tinham a orientação nascente/poente. Basta observar as de Areias de Vilar — Igreja Paroquial, Capela de Santa Maria Madalena, Capela de S. Sebastião, Capela de S. João — em que todas elas apresentam as portas principais voltadas para poente. Basta percorrer o concelho de Barcelos, à procura destes edifícios setecentistas, para confirmar a teoria.

O mesmo não acontecia com as ermidas que eram edificadas de acordo com a configuração de terreno, em lugares silenciosos, propícios à oração, à contemplação e ao recolhimento.

A Capela do Socorro não obedece à regra nascente/poente, não segue a tradição das construções antigas, está de costas voltadas para o Rio Cávado, tem a orientação norte/sul, a porta principal está voltada para a estrada.

Pela primeira vez se retira do texto a expressão *defronte para o convento* que, literalmente, significa frente a frente, porta com porta. Além disso, não a coloca na cerca, mas *a pouca distância do sobredito convento sobre uma elevada colina*, o que se adequa com o alto de Monte Redondo

Por outro lado, o anotador afirma que a construção é *feita ao gosto moderno*. Esta expressão é esclarecedora quanto à datação da Capela. Se se tratasse de uma construção do século XVII, com certeza absoluta que não lhe chamaria moderna. Moderna, porque foi construída 22 anos antes, em 1812. Aliás, no mesmo documento, não se usa a expressão — *feita ao gosto moderno* — quando refere as Capelas de S. João e de Santa Maria Madalena.

Sustentamos também que as construções religiosas, ermidas, capelas e igrejas, anos depois da sua edificação, por necessidade cultural, por conveniência, ou por grave deterioração, em muitos casos são mudadas de lugar. Quando são deslocadas, por vezes mantém-se a construção antiga, enquanto que noutras ocasiões desaparece tudo.

É transparente e óbvio que, duzentos anos depois do aparecimento da Ermida do Socorro, construída na quinta de Vilar, por vontade explícita dos conventuais, esta fosse substituída por uma capela, fora de muros, edificada a expensas do povo de Areias e Madalena de Vilar. Esta circunstância não permite que à capela nova se atribua a idade da ermida velha.

É possível, ainda, na construção de 1812 ver o impacto que as invasões francesas tiveram em Barcelos³. O povo que sofreu o medo do invasor que lhe rodeava as portas, para atacar e saquear os bens, provavelmente, lembrou-se da Virgem do Socorro, fez as suas promessas, cotizou-se e erigiu uma capela em lugar aberto ao público.

Admitimos que a Capela construída em 1812 tenha muito do sofrimento, do medo e do contributo pecuniário do povo. Por isso, não discutimos nem pomos em causa a devoção. O que contestamos é que a capela que agora se encontra no Monte do Socorro seja do século XVII, como nos quiseram impingir com a alteração das datas constantes nas padieiras das portas e nas pagelas distribuídas.

7. Os Paroquiais

Todos sabem da importância dos Livros Paroquiais para interpretação e conhecimento da história local. São uma fonte de informação importante para o tratamento dos mais diversos temas, sobretudo ligados à população, aos usos e costumes.

Na tentativa de esclarecer o assunto, de que nos vimos ocupando — data da construção da Capela do Socorro —, fizemos uma pesquisa por

³ José Valério Velloso no seu livro *Exposição dos Factos que deram causa à emigração*, relata uma prisão junto ao Convento de Vilar de Frades.

um espaço temporal de 30 anos, 1787-1817, no livro dos óbitos das freguesias de Areias e Madalena de Vilar.

Nesta época, viragem do século XVIII para o XIX, 75% das pessoas levadas a enterrar eram envoltas num hábito de um santo, de uma instituição, de uma devoção, ou mesmo, os mais pobres, numa simples mortalha ou lençol. Anos houve em que a percentagem dos que iam a enterrar vestidos desta maneira, atingiu mesmo os 90%. Em 1796, dos 20 falecidos nestas freguesias, 18 foram envoltos em hábitos ou lençóis.

Para os homens o hábito mais utilizado era o de S. Francisco, logo seguido de Santo António, Santo Agostinho e dos Lóios ou Cónegos Azuis. Para as mulheres o hábito preferido era o de Santa Teresa, Senhora da Conceição e Senhora do Carmo.

Os lençóis e mortalhas, usados com frequência, eram comuns aos dois sexos.

Fomos em busca do hábito de Nossa Senhora do Socorro e, no período em estudo, antes de 1812, não encontramos uma única vez, por parte dos falecidos ou seus familiares, a preferência por esta veste para serem transportados à última morada.

Este argumento pode parecer insignificante, tanto mais que o contrário nada provaria contra a nossa teoria, tendo em consideração que a devoção à Senhora do Socorro é anterior a 1812. Pode parecer insignificante, mas tornou-se interessante quando descobrimos que, depois da construção da capela a expensas do povo, entre 1812 e 1815, a escolha do hábito da Senhora do Socorro para acompanhar o corpo dos mortos à terra, se verificou por três vezes.

Mais interessante se torna quando verificámos que, por duas vezes, o hábito da Senhora do Socorro serviu para amortalhar homens. Trata-se de João, filho de Domingos José Torres e de Maria Josefa Correia, falecido em 23 de Junho de 1814 e Lourenço, filho de Manuel da Cunha e de Maria Teresa, falecido em 11 de Maio de 1815. O outro caso refere-se a Joana, filha de Manuel de Faria e de Maria Madalena, falecida em 4 de Janeiro de 1815.

Para além da utilização dos hábitos, os livros de óbitos permitem-nos saber que as cerimónias fúnebres se realizavam, regra geral, na Igreja do Convento de Vilar. Pela sua consulta verificámos que a Capela de S. João e a Capela de Santa Maria Madalena serviram, algumas

vezes, antes e depois de 1812, como local de celebração da missa de corpo presente, ofício e até de enterramento.

Antes de 1812, porém, não aconteceu qualquer missa de corpo presente ou ofício fúnebre na Capela da Senhora do Socorro. Se se verificou nas outras capelas seria normal que acontecesse também nesta, se ela existisse. Se não aconteceu antes de 1812, porque não existia, logo em 1817, data limite da nossa investigação neste campo, surge o primeiro caso: *Thomásia Maria, viúva de João Lopes, da freguesia de Santa Maria Madalena, anexa a esta Colegiada de Vilar de Frades, em 22 de Maio de 1817 (...) foi conduzida por mim [Luís Pereira, Cónego Vigário] e oito eclesiásticos para a Capela da Senhora do Socorro aonde se lhe fez um ofício de corpo presente e daí conduzida para esta colegiada e sepultada no claustro da mesma.*

O livro de óbitos proporcionou-nos este dado que não podemos desperdiçar para cimentar a nossa opinião. Que estes corolários são importantes para a defesa da nossa teoria, lá isso são, ninguém o pode olvidar.

Além disso não encontramos nos testamentos referenciados nos livros de óbitos, antes de 1812, uma única alusão à Senhora do Socorro, enquanto que elas abundam sob a invocação de Senhora do Rosário e do Carmo. A deduzir pelas últimas vontades dos que partiram, a Ermida devia ter perdido interesse e a devoção, forçosamente, esmoreceu, se alguma vez, nos séculos XVII e XVIII, tivesse estado arreigada no coração do povo.

8. Tradição Oral

Sabemos, é comum atribuir grande importância à tradição oral na vida religiosa dos povos. Sabemos do modo como se passava há uns anos atrás as noites de inverno, em que, à lareira, se propagava a herança cultural de um povo.

Conhecemos, sobre este assunto, a tradição que tem perdurado através dos tempos. Falavam os antigos não só da edificação da primitiva Capelinha da Senhora do Socorro na Quinta de Vilar, mas da existência de outras pequenas capelinhas espalhadas pela encosta, que os seus pais se recordavam de terem sido destruídas depois da expul-

são dos Lóios, em 1834, e da aquisição da Quinta, em haste pública, por Baltazar José Martins ⁴. Diziam os mais velhos que a festa se celebrava no dia da Senhora das Neves e que, posteriormente, se começou a efectuar no primeiro domingo de Agosto.

Os de mais idade de hoje ainda o dizem e que o ouviram aos seus avoengos. Nós próprios ouvimos isto aos nossos pais e não podíamos agora, deixar de o confirmar.

Esta tradição vem de encontro a tudo quanto temos vindo a afirmar, ou seja: A primitiva construção em honra da Senhora do Socorro fora edificada dentro dos muros da Quinta e que esta Ermida, do mesmo modo que outras, fora destruída na segunda metade do século XIX.

Este argumento, esta evocação, o acto de recordar neste caso concreto, merece o realce e o valor que lhe atribuímos e a força que sempre se reconhece à tradição oral, na vida da Igreja e das instituições.

O homem que busca e aceita a verdade, que pretende saber como se deu o aparecimento e o percurso das coisas, que investiga com seriedade e honestidade, se considera válido o argumento da tradição oral, em qualquer matéria, neste caso concreto, não o pode desprezar.

9. Ermida e Capela coexistiram

Através dos argumentos acima apresentados chegamos à conclusão que o primeiro local onde se entronizou a imagem da Senhora do Socorro, depois do cubículo de um frade, foi uma pequena Ermida, situada dentro dos muros da Quinta de Vilar. Posteriormente, foi construída uma capela no alto do Monte Redondo.

Neste momento, estamos em condições de afirmar que, simultaneamente, existiu a Ermida e a actual Capela da Senhora do Socorro. Houve, pois, ao mesmo tempo, dois lugares de culto, dois tronos, dois

⁴ Baltazar José Martins foi, depois dos Lóios, o primeiro proprietário do Convento e Quinta de Vilar, adquirindo-a por arrematação na Junta de Crédito Público, em 16/10/1841. Faleceu, na cidade do Porto, no dia 1 de Março de 1869. Deixou em testamento, à Igreja Paroquial, uma inscrição nominal no valor de um conto de réis.

altares, em honra da mesma Senhora: um mais pequenino, destinado à meditação, à contemplação, à oração individual; outro de maiores proporções para a oração em comunidade e encontro de pessoas, nas tradicionais romarias minhotas

Quando em 1994 publicámos *Cruzeiros e Alminhas de Barcelos*, ao referirmo-nos às *Alminhas do Socorro* dizíamos: *É um exemplar interessante, com um torcido em toda a volta. Mais parece uma adaptação a «alminhas» do que uma criação para o efeito*⁵.

O que nos levou a esta afirmação foi a análise arquitectónica da estrutura das *Alminhas do Socorro*, comparando-a com todas as construções deste cariz existentes no concelho e o conhecimento que temos de muitas outras, em todo o Minho, à margem dos caminhos; foi o inadequado deste pequeno monumento ao fim a que se destina; foi o estilo e o trabalho do canteiro apresentado no granito que não se coaduna com a data do aparecimento das *alminhas*, em Barcelos.

Num âmbito mais restrito, se apreciarmos as *alminhas* mais antigas desta freguesia, algumas delas construídas com a colaboração dos Lóios, de imediato verificamos que estas pouco têm de comum com as do Socorro.

Estamos em condições de afirmar que a parte superior das *Alminhas do Socorro* é uma estrutura reutilizada, com todas as características de ter estado embutida, que pertenceu à Ermida, localizada algures a *poente do Convento*. Não queremos, porém, dizer tratar-se de um elemento estilístico seiscentista, o que nos indicia que a Ermida primitiva, depois de entrar em degradação, teria sido reconstruída ou dera lugar a outra construção na primeira metade do século XVIII.

A degradação da primitiva ermida, em finais do século XVII, explica a razão pela qual ela não é referida, em 1712, no *Santuário Mariano*. A construção de uma nova ermida, no mesmo ou em outro sítio, entre a segunda década e os anos cinquenta do século XVIII, recolhe a seu favor o facto de voltar a ser mencionada nas Memórias Paroquiais, em 1758.

⁵ MATOS, Sebastião — *Cruzeiros e Alminhas de Barcelos*, Barcelos Património, ed. C. M. B., Barcelos 1994, p. 72.

Nos pequenos e singelos monumentos de cariz religioso, recordando as almas dos mortos — *as alminhas* — o nicho destina-se a receber uma pintura ou um retábulo. No Socorro a colocação de um painel é forçada. A sua forma ajusta-se para receber uma imagem. Trata-se, pois, da reutilização de elementos de construções anteriores, adaptadas para este fim.

O nicho tem características e estilo das construções oitocentistas. A parte superior, reaproveitada, é diferente da base, no seu aparelho e na delicadeza do trabalho. A parte inferior foi preparada para receber a mais antiga.

Se a estrutura que hoje serve de *alminhas*, ao fundo do terreiro do Socorro, parece não oferecer dúvidas que se trata de um reaproveitamento,



Alminhas do Socorro

a conclusão de que era da Ermida e que a Ermida e a Capela coexistiram, advém-nos das contas do Socorro. Estas, ainda na segunda metade do século XIX, referem as esmolas da Ermida, como receita para a festa. O último ano em que isso aconteceu, foi em 1855, em que se pode ler: (...) *de esmola da Ermida — \$060 rs.*

A Ermida referida nas contas não pode ser outra que não seja a construção levado a cabo em honra da Senhora do Socorro, dentro dos muros da Quinta de Vilar.

Da reutilização de um nicho da primeira metade do século XVIII à conclusão de que se tratava de um elemento da Ermida vai um passo. Nas contas da festa apresentadas nos anos seguintes, à excepção de 1856, além das receitas próprias — foros e juros —, juntamente com as esmolas dos mordomos, dos juizes e dos peditórios, surgem os rendimentos das caixas das esmolas. Constam duas caixas. Em 1857, diz o relatório: *esmola da caixa da Capela — \$610 réis; esmola da caixa de baixo — \$135 réis.*

Esta *caixa de baixo* nos anos seguintes é identificada como «esmola do nicho», sendo mesmo em 1863 denominada «caixa das almas». A *caixa de baixo*, referida pela primeira vez, em 1857, é o peteiro das *Alminhas do Socorro*, cuja estrutura lítica serviu na pequena ermida que havia sido destruída.

Na paróquia existiam outras *alminhas*, cujas esmolas, quase sempre administradas pela Confraria das Almas, revertiam a favor de missas pelas almas dos falecidos, aliás uma das finalidades destas construções erguidas à margem dos caminhos. Só as esmolas das *Alminhas do Socorro* revertem para a festa, pela simples razão de continuidade como proventos da Ermida.

Sem grande esforço mental se conclui que a parte mais nobre da Ermida, a morada específica da imagem, foi transferida para aquele sítio e, embora sem a imagem da Senhora, o provento da caixa das *alminhas* revertia a favor da festa.

Podemos ainda acrescentar que a figura de Nossa Senhora é quem pontifica no painel das almas ⁶, ao contrário do mais comum, que cõs-

⁶ Quando há dias passámos pelo local a fim de obter a fotografia reparámos que o retábulo havia desaparecido.

RECEITA 1855

Contas que dão o juiz entremeados de Nossa Senhora do Socorro que serviram no anno de 1855, aos que vão servir em o anno de 1856

Recibo em

Recebi do Thiroumeiro antecedentes	"	216 20
Idem do Pedreiro de Manhente	"	124 0
Idem Aluguel de huma Montanha	"	116 0
Idem para a casa	"	124 0
Idem Escola de Prato	"	213 20
Idem Escola de Mordames	"	516 4 0
Idem da Juiza	"	180 0
Idem de furos de Fidalgo	"	148 0
Idem de furos de Brevedo	"	124 0
Idem de furos de João	"	119 20
Idem de Manoel Peixoto	"	146 5
Idem de Antonio Fernandes Lopes	"	128 0
Idem de Antonio de furos Coelho	"	212 0 0
Idem de Anna das Lages	"	113 8 0
Idem de Manoel de Brevedo todo o furo ditto 23 de Vbr de 1855 datam que pagou o capital e prouso p. D. Domingos Ferreira de Brevedo	"	146 3 0
Idem de Coelho de Manhente	"	114 0 0
Idem de furos de Barão das Pedras	"	16 0 0
Idem de 23 meiradas que vende	"	1311 4 6 0
Idem de Escola da Ermiada	"	106 0

314035
A

DESPESA 1855

Despesa

Despendi com a Muniçã 9600
 Idem com o Fogo 6800
 Idem com observação de tarde e p.
 e de manhã ser pago p. f. 1920
 Idem com hum Andor 1160
 Idem Polveira p. as Morteiros 900
 Lera 905
 Idem com vidro 400
 Idem Fio p. o b. obrir 145
 Idem Aluquel de Bandeirais 120
 Idem ao Sr. Rector emais Padres
 por Missa, e porçião, e sermões 680
 Idem humã Missa de pro-messa 240
 Idem com g. leuou. a. Andor 100
 Idem humã Procuração p.
 Obrigar Manoel da Costa Alhois 50
 Idem com as Roxarias 5480
 Idem com as missas do S. João 1800 31880

Saldo que entrega o Thourneiro 55
 São reis dois mil e cento e quarenta e cinco reis.
 Comparecerão os juizes e os que aqui se ha-
 verão de entregar as contas e as que
 foram eleitos para servir a coisa de
 socorro no termo de 1856, aos
 quaes entregarão os Actos e as pias da
 presença da Junta de Parochia e ellas
 as a charem conformes estas as aprova-
 ção e aquelles as aceitarão e assignarão
 todos na Parochia de S. Pedro dos Reis de
 Março de 1856 e eis

o Thourneiro - Ant. no. João Jimeno
 o Juiz - Amaro José Fernandes
 Procurador - Antonio Fernandes
 O Secretario, e Thourneiro que toma conta
 José Joaquim Rebelo

tuma ser a figura de Cristo crucificado. Noutra perspectiva, Nossa Senhora é ladeada à esquerda por S. Tiago, o que não é de todo insignificante, quando sabemos que uma das obrigações do legado feito à Ermida, era de celebrar uma missa em dia de S. Tiago.

Uma vez que não há *caixa de baixo* em 1856, isto significa que, entre Agosto de 1855 e Agosto de 1857, foi destruída a Ermida, o que está de acordo com os documentos e em plena harmonia com a tradição oral, quando afirma que as pequenas capelinhas existentes na quinta foram destruídas após a expulsão dos Lóios.

Os diferentes documentos e a tradição oral entrelaçados com objectividade e seriedade, não podem ser tratados como meras coincidências, o que torna a nossa opinião irrefutável e indesmentível. Foi a pesquisa, análise crítica e desapaixonada quem nos ajudou a compreender, no tempo e no espaço, o crescimento de uma devoção, a construção de edifícios e o caminho percorrido até chegarmos aos dias de hoje.

Concluindo, a Capela que hoje existe no alto do Monte Redondo, é uma construção do século XIX, embora saibamos que o culto à Senhora do Socorro é anterior. Esta Capela evoluiu a partir de uma Ermida, do século XVII, dentro da qual estava uma pequena imagem da Senhora do Socorro, em honra da qual, no dia da Senhora das Neves, se celebrava missa solene e sermão.

A primitiva Ermida sofreu remodelações ao longo dos anos e deu lugar a uma outra construção no lugar do Monte Redondo.

Esta mudança de lugar das construções religiosas verifica-se com muita frequência, quer por razões de situação geográfica, quer pela necessidade de mais espaço ou ainda por vontade dos ofertantes. Foi o que aconteceu, a título de exemplo, com a Capela de Santa Luzia, em Encourados, com a Capela de Santo António de Vessadas, em Barcelinhos. Isto verificou-se no passado e continua a ser frequente no presente, com capelas e igrejas paroquiais.

A Ermida do Socorro, construída na quinta de Vilar, foi substituída por uma capela, em terreno público. Se a primitiva foi feita a expensas dos padres Lóios, pela devoção expressa de um deles, a actual Capela do Socorro foi mandada construir pelo povo da comunidade cristã de Areias e Madalena de Vilar.

Se a primeira tinha cariz particular, a segunda era do povo cristão que a mandou edificar a suas expensas e no local que lhe pareceu mais

propício. É, pois, uma honra para os nossos conterrâneos que, não aceitando uma obra meramente imposta, acalentada por uma devoção particular, quiseram uma nova capela, para prestarem o culto e realizarem uma romaria tipicamente minhota.

Isto, e tudo o que temos vindo a afirmar, não permite que se atribua a actual capela a idade da antiga ermida. A data de 1812 que se encontrava nas padieiras das portas era respeitável, as alterações que lhe fizeram são desonrosas, infamantes e injuriosas.

III

DIREITOS E OBRIGAÇÕES

A partir dos séculos XVI-XVIII as confrarias das mais diversas invocações marianas, fundadas à maneira de corpo orgânico com o fim de promoverem e incrementarem o culto público, começaram, na Igreja ocidental, a ter significativa implantação. Estas associações religiosas eram erectas nas igrejas paroquiais, capelas ou altares. Tinham à sua frente uma Mesa constituída por pessoas probas e próvidas, benquistas e idóneas, com a obrigação do cumprimento estatutário e de gerirem o melhor possível os bens próprios da instituição.

A importância de uma devoção mariana no século XVI e seguintes, mede-se pela existência da confraria e consequente dinâmica imprimida pela Mesa. Pode mesmo dizer-se que a confraria é a imagem do culto e reflecte a influência da devoção no meio. Foi o que aconteceu com a devoção à Senhora da Franqueira em Pereira, cuja confraria tem a sua origem no ano de 1558 e da Senhora da Ponte em Barcelinhos, cuja data provável da erecção remonta a 1622.

Em Areias de Vilar, a partir do século XVII surgem as confrarias do Santíssimo Sacramento⁷ e das Almas, erectas na Igreja do Convento e as confrarias de S. João Baptista e de S. Gonçalo, na Capela de S. João e na de S. Sebastião, respectivamente. Qualquer uma destas confrarias, pela sua importância e dinâmica, tinha irmãos em diferentes freguesias do concelho⁸.

⁷ As Confrarias do Santíssimo Sacramento são as mais antigas, implementadas com a festa do Corpo de Deus, mercê das quais floresceu o culto Eucarístico. Esta confraria, em Areias de Vilar, já existia em 1626.

⁸ A título exemplificativo, a Confraria das Almas tinha irmãos em 25 freguesias, a saber: Areias, Madalena, Adães, Airó, Encourados, Martim, Pousa, Várzea,

A importância da Ermida da Senhora do Socorro, não foi tão expressiva que tivesse sido objecto de erecção de uma confraria, nem no século XVII nem nos seguintes. Para a promoção do culto, celebrações, sermão e missa cantada no dia da festa, a Ermida *foi dotada com vinte medidas de cereal, a saber catorze de milho alvo e seis de centeio, em cada ano, impostas em várias propriedades da freguesia de Roriz*. Em 1878, José Joaquim Rebelo, presidente da Junta de Paróquia, dizia: *Não se sabe como, mas o que é certo é que pelo andar dos tempos estas medidas passaram a ser de milho alvo — 13 rasas⁹, e de centeio — 10 ditas*.

A escritura desta dotação, datada de 15 de Dezembro de 1620, foi feita pelo padre Gaspar da Ressurreição e tinha por obrigação mandar celebrar onze missas a saber: nove celebradas nas festas da Senhora e as restantes, uma em dia de S. Tiago¹⁰ e outra em dia de S. João Evangelista. Tinha mais a obrigação de azeite para a lâmpada que era acesa na véspera das festividades da Senhora.

Durante cerca de 200 anos não temos registo de atribuição de novos benefícios à Ermida. Supomos ser evidente que as ofertas não se verificaram pela simples razão de a Ermida estar dentro dos muros da Quinta e ser considerada particular.

Porém, na primeira década do século XIX, as invasões francesas que tiveram impacto significativo no distrito de Braga e expressivas repercussões no concelho de Barcelos, teriam feito renascer a devoção à Senhora do Socorro, o que resultara num movimento de cooperação entre os paroquianos, que teria levado à obtenção de fundos para a construção da nova Capela, num lugar público, onde todos pudessem livremente prestar culto e solicitar graças.

Midões, Gamil, Santa Eugénia, Manhente, São Veríssimo, Santa Maria de Galegos, S. Vicente de Areias, Braga, Barcelos, Barcelinhos, Alvelos, Cabreiros, Carvalhal, Moure e Mondim.

A confraria do SS. Sacramento possuía títulos de prazo, deixas por testamentos e propriedades nas freguesias de Areias, Encourados, Martim, Pousa, Cabreiros, Adães, Manhente, S. Martinho e Santa Maria de Galegos, Ucha, Roriz, Alheira e Carapeços.

⁹ A rasa de que aqui se fala media 17,373 litros.

¹⁰ Será conveniente relacionar, o que já fizemos acima, a celebração da missa em dia de S. Tiago e a figura do Apóstolo que ainda hoje existe no painel das *Alminhas do Socorro*.

A primeira dotação destinara-se à implementação do culto; em 1875, Jacinto José Rebelo dotou a Capela de um título no valor nominal de 100\$000 réis, que rendia 3% e cujo rendimento se aplicava nas celebrações festivas ¹¹.

Em 15 de Agosto de 1876, a Junta de Paróquia declara ter recebido para a Capela do Socorro a *quantia de 25\$000 réis, deixados pelo falecido José António da Silva*. Foi deliberado que esta verba se destinasse para obras.

O supracitado Jacinto José Rebelo, em 1883, dotou a Capela de uma outra inscrição de valor nominal de 100\$000 réis, para o seu rendimento, a 3%, ser utilizado no *culto da Senhora do Socorro*.

De capital proveniente de esmolas a Capela tinha a *quantia de 198\$300 réis, sendo uma inscrição no valor nominal de 100\$000 réis e custou 51\$500 réis*.

Assim, em 1890, a receita ordinária da Capela da Senhora do Socorro, constava de três títulos, no valor nominal de 100\$000 réis cada um, do capital de 147\$800 réis e de 399,579 litros de milho alvo e centeio, de foros de Roriz.

A partir de 1891, a escrituração dos rendimentos e do capital da Senhora do Socorro, deixa de estar separada dos juros e capital pertencentes à paróquia.

Mais tarde, por testamento feito em 18 de Junho de 1897, Jacinto José Rebelo deixou 200\$000 réis, recebidos em Dezembro de 1889, com a obrigação de uma missa por sua alma e o resto do rendimento para ser aplicado na festa.

Com a implantação da República e a instituição da Lei da Separação, tornou-se obrigatório o arrolamento dos bens das igrejas e capelas, o que veio a acontecer com os títulos da Capela do Socorro.

É na sequência desta determinação que, na reunião ordinária da Junta de Paróquia, de 15 de Março de 1914, se encontra um auto de

¹¹ Na cópia do acto de entrega deste título, diz-se: *Inscrição que entregou a esta Paróquia Jacinto José Rebelo, da freguesia de Madalena, como administradora da Capela de Nossa Senhora do Socorro, sita no Monte Redondo, pertencente às duas freguesias Areias de Vilar e sua anexa da Madalena*.

arrolamento adicional, do seguinte teor: *No ano de mil novecentos e catorze, aos doze de Março, nesta vila de Barcelos e secretaria da Administração do Concelho, estando presente o cidadão Manuel Joaquim Fernandes Neves, administrador do Concelho, comigo Secundino Pereira Esteves, secretário, por ele Administrador, foi dito: que, no officio circular número doze, de trinta de Janeiro último, lhe foi solicitado pelo Excelentíssimo presidente da Comissão Central da Execução da Lei da Separação, o arrolamento adicional de dois títulos da Dívida Interna, do valor nominal de cem escudos cada um, (...) averbados à Capela de Nossa Senhora do Socorro, da freguesia de Areias e Madalena de Vilar de Frades, convidara o efectivo presidente a vir apresentar-lhos, para o fim indicado, caso a Junta fosse a sua actual detentora. Comparecendo neste acto o cidadão Agostinho José da Silva Matos, presidente da referida Junta, por ele foi alegado que estava convencido de que os títulos de que se trata pertenciam à mesma Junta¹², visto que lhe estão averbados e assim tem sido entendido nas repartições competentes, que têm pago integralmente à Junta os juros vencidos. Mas que apesar disso, satisfazendo à requisição que lhe é feita, apresenta os títulos mencionados, esperando, todavia, que superiormente seja resolvido, com justiça, a quem eles pertencem.*

O administrador sem atender ao alegado recebeu os dois títulos, declarando-os arrolados para os efeitos legais.

Porém, dois anos depois, em reunião de 6 de Março de 1916, o presidente da Junta anunciava que, com fundamento na Lei n.º 420 de 11 de Setembro de 1915, a Junta da sua presidência podia reclamar a instituição dos títulos em causa.

Foi então resolvido enviar à Comissão Central da Execução da Lei da Separação a seguinte exposição: *A Junta da Paróquia Civil das freguesias de Areias de Vilar e Madalena de Vilar de Frades (...) vem reclamar a restituição de dois títulos da Dívida Interna Fundada, de valor nominal de 100\$00 cada um (...) que foram arrolados pela administração do mesmo concelho... Esses dois títulos estavam averbados à*

¹² Na Matriz Urbana de Areias de Vilar, de 1937, aparece como proprietário da Capela do Socorro o Estado — *Fazenda Nacional*, enquanto que das restantes capelas de S. João e S. Sebastião consta como proprietário a *Junta de Freguesia de Areias de Vilar*.

Capela de Nossa Senhora do Socorro da freguesia de Madalena de Vilar de Frades, mas achavam-se, assim como a mesma Capela, na posse e administração da Junta reclamante, visto não haver qualquer associação ou corporação daquela invocação, com existência legal, na referida freguesia.

Dirimida esta questão, o juro destes títulos, à semelhança do que se vinha fazendo com os outros rendimentos, é anexo ao juro dos títulos da paróquia civil.

Em 1931 as acções de dívida pública são convertidas por decreto em certificados de crédito público com o valor de 1.300\$00. Nestes 1.300\$00 estavam os títulos da Capela do Socorro e os da Junta de Paróquia. Em 23 de Julho do mesmo mês e ano, foi levantado o capital e os juros, sendo o capital depositado na Caixa Geral de Depósitos.

Os juros do capital mutuado vai-se extinguindo com a execução das dívidas, desaparecendo na totalidade em 1931, ano em que os capitais são depositados na Caixa Geral de Depósitos, à ordem da Junta de Freguesia.

No respeitante aos foros de milho meado nos anos de 1891 e 1893 só são escriturados 295,341 litros e 269,282 litros, respectivamente. Esta diferença deve-se ao facto de alguns foreiros não terem pago.

No ano de 1910 e seguintes, José Alves Machado não pagou o cereal a que estava obrigado. Isto levou a uma tomada de posição da Junta de Paróquia, expressa em acta da reunião efectuada em 6 de Setembro de 1914. Aí se pode ler: *O presidente (...) declarou que José Alves Machado, casado, lavrador, da freguesia de Roriz, deste concelho, é devedor à Junta, há bastantes anos, do foro de duzentos e trinta litros, duzentos e noventa e sete mililitros de meado, milho alvo e centeio, sendo, portanto, de absoluta necessidade demamdá-lo quanto antes. (...) O respectivo enfiteuta afirma que não paga com o fundamento de que não estão registados, nem há contractos de emprazamento, com base nos quais se possa requerer o registo na respectiva Conservatória.*

A Junta de Freguesia deu poderes ao seu presidente para que *conseguisse o registo daquele ónus, promovendo-o provisoriamente como simples declaração* nos termos da lei vigente e que *em seguida se promovesse acção executiva contra o dito devedor.*

A questão foi resolvida, José Alves Machado recomeçou a pagar, substituindo, em 1935, o pagamento em espécie por numerário — 20\$00 — pagos pelo S. Miguel de cada ano.

À parte este incidente, os foreiros de Roriz, desde a segunda década do século XIX, sempre cumpriram com as suas obrigações, até à total remissão dos foros. A última a pagar foi a viúva de José Alves Machado que, em 31 de Dezembro de 1939, remiu o foro passando o dinheiro para a Caixa Geral de Depósitos.

Antónia Barbosa, viúva de João Rodrigues de Macedo Barbosa, pagava 13 rasas e estava em uso e costume pagar a 600 réis cada rasa; remiu em 15 de Setembro de 1932, passando o dinheiro para a Caixa Geral de Depósitos.

António José Rodrigues de Miranda que pagava rasa e meia de meado, estando no uso e costume pagar 900 réis; remiu em 15 de Setembro de 1932, passando o dinheiro para a Caixa Geral de Depósitos.

José Coelho que pagava uma rasa de meado, estando no uso e costume de pagar 600 réis, remiu em 15 de Setembro de 1932, passando o dinheiro para a Caixa Geral de Depósitos.

A partir desta data, visto a Capela da Senhora do Socorro, como já fora referido, não ter como substrato qualquer associação, corporação ou confraria, as receitas próprias extinguiram-se e as obrigações esfumaram-se.

IV

AS OBRAS

Depois da construção, em 1812, até ao fim da primeira metade do século XIX, não possuímos documentos que nos permitam conhecer as obras efectuadas na Capela do Socorro.

Em 1856, foram promovidas obras de reparação, onde se gastaram apenas 12\$005 réis. Entre elas destacam-se o telhado e os vidros das

Obras feitas na Capela de Nossa Senhora do Socorro, em 1856	
Despesa	Receita
Cal — duas sacas e meia. 2\$400 rs	Recebi para esta obra de Agostinho
Carreto. \$280 rs	José da Silva Matos 4\$800 rs
Carreto com 400 telhas 1\$200 rs	De Amaro José Fernandes (ripes) . . . \$240 rs
A quem foi por ele e barco. \$200 rs	Recebi dos pais dos rapazes que
Ripes para os telhados \$480 rs	cobraram os vidros 2\$400 rs
200 pregos \$080 rs	Despendi do rendimento. 4\$565 rs
Oito dias a um caiador 1\$600 rs	Soma 12\$005 rs
Oito dias ao Salvador 1\$440 rs	
Ao Salvador para reparos \$480 rs	
Vinte e quatro vidros e betume . . . 2\$040 rs	
Ferro para as grades. \$470 rs	
Feitio ao Inácio Ferreiro \$180 rs	
Arame e outros 1\$155 rs	
Soma 12\$005 rs	

janelas. Quanto aos vidros, pelo que se deduz da despesa, haviam sido partidos *pelos rapazes* o que levou a que os pais tivessem que suportar a despesa. Como o contributo (2\$400 réis) é superior ao custo do

material (2\$040 réis), conclui-se que pagaram mesmo tudo, material e mão de obra.

Posteriormente fizeram-se algumas obras pontuais, como se pode concluir do Livro da Junta de Paróquia.

Às Juntas de Paróquia¹³ foram concedidas amplas faculdades, de modo que não só podiam cuidar dos interesses peculiares da paróquia, mas dirigiam a construção das obras paroquiais, despendiam livremente os dinheiros que lhes eram confiados, faziam o arrolamento das pessoas residentes, os registos dos casamentos, nascimentos e óbitos. Tinham, entre outras obrigações, que zelar pelo património, nomeadamente, pela Igreja Paroquial e pelas capelas.

A Junta de Paróquia de Areias e Madalena de Vilar, na plenitude dos seus direitos, foi ao ponto de, em 1868, reunida, com a assistência do regedor, estabelecer uma colecta *para as obras da Igreja e do órgão* e deliberar que *as quantias em que cada indivíduo foi colectado, fossem lançadas* no livro de actas. A receita da colecta foi de 141\$755 réis.

Mas voltemos à Capela do Socorro. As obras nesta Capela, administrada pela Junta de Paróquia, eram suportadas pelas dádivas dos devotos e com os juros do capital.

Em 1872, gastaram-se na compra e assentamento de um sino 25\$600 réis; em telha, cal e mão-de-obra 2\$000 réis.

No dia 27 de Fevereiro de 1873 foi recebido do *Il.mo Senhor Doutor José Joaquim Pereira Lopes de Albuquerque, um laço de ouro, com pedras de diamantes, cuja jóia deixou a senhora sua mãe de esmola para a Senhora do Socorro*. O produto da venda desta jóia não se destinou a obras, mas foi encaminhado para arranjar um cálix.

¹³ As corporações denominadas Juntas de Paróquia datam de 1830 (decreto n.º 25, de 26 de Novembro) e apareceram no intuito de descentralizar a administração e dar à vida local incentivos e energias capazes de permitir aos cidadãos uma fecunda actividade administrativa. Esta primitiva legislação era bastante defeituosa e, com a mesma facilidade que as Juntas de Paróquia foram criadas, do mesmo modo foram extintas em 1832, ficando esquecidas até 1835, data em que, por decreto de 18 de Julho, foram reorganizadas. Reestruturadas em 1840 e 1842, sofreram mutações ao logo da última metade do século XIX. O decreto de 20 de Abril de 1911, que separou a Igreja do Estado, mudou o estatuto destas instituições.

Por sua vez, em 1876, José António da Silva deixou em testamento à Senhora do Socorro a quantia de 25\$000 réis. A Junta de Paróquia, em 15 de Agosto do mesmo ano, determinou que essa verba se destinasse a pintar a tribuna, o tecto da Capela, o cabido e a sacristia, tudo a óleo, pelo que, para a realização de tais obras, *disseram que se pedisse o parecer de peritos.*

Foi consultado Manuel Victorino Quintas que fez a seguinte proposta: *Eu Manuel Victorino Quintas, mestre carpinteiro, da freguesia de Santa Maria Madalena de Vilar, sendo convidado para calcular a obra de pintura da tribuna, tecto da Capela, cabido e sacristia, tudo a óleo e tudo na Capela do Socorro, calculo que para a mão de obra e tinta com os seus preparos, são precisos 25\$000 réis. Madalena, 25 de Agosto de 1876.*

A proposta foi aceite e as obras concluídas. No mesmo ano de 1876, gastaram-se com *as grades para as janelas — 1\$600 réis; com a reparação da Capela, cal, mão de obra e telha — 10\$440 réis.*

Dez anos mais tarde, em 1886, registaram-se obras que consideramos importantes tendo em conta o montante gasto, significativo para a época.

Estas obras foram suportadas, na sua totalidade, por João Evangelista da Silva Matos, ao tempo residente na cidade do Porto e administradas pelo P.e Manuel José da Silva Matos.

Tratou-se de uma intervenção de fundo, sendo de considerar a hipótese de a Capela ter sido aumentada.

Para um melhor esclarecimento, observemos o quadro seguinte, referente à receita e despesa, das obras então realizadas.

Tomemos consciência da envergadura destas obras, começando por reflectir na quantidade de telhas gastas. Pagaram-se neste material 17\$600 réis e o transporte foi feito em nove carretos e meio. Por este tempo, 500 telhas e carreto custavam 2\$560 réis. Se considerarmos que 60 réis foram para o carreto, cada telha custou 5 réis.

Partindo do princípio que, no referente a estas obras, o custo dos carretos e das telhas se processou na mesma base, teríamos 600 réis para carretos e 17\$000 réis para material, o que corresponde a 3.400 telhas. Sabemos que, da telha então utilizada, cada metro quadrado gastava entre 26 e 30 telhas. Três mil e quatrocentas telhas permitiriam uma cobertura de cerca de 120 m².

Obras feitas na Capela de Nossa Senhora do Socorro, em 1886	
Receita	Despesa
Janeiro 21	Mestre Pedreiro 70\$000 rs
Recebi do Guimarães,	Domingos Coutinho 18\$000 rs
por ordem do João Evangelista . . 100\$000 rs	Desaterro Manuel Loureiro 3\$000 rs
Fevereiro 21	Mestre Pedreiro 70\$000 rs
Do João Evangelista. 100\$000 rs	Mestre Pedreiro 70\$000 rs
Abril 19	Telha (2 carretos) 3\$760 rs
Recebi do Guimarães,	Domingos Coutinho 18\$000 rs
por ordem do João Evangelista . 100\$000 rs	Mestre Pedreiro 129\$080 rs
Mai 30	Domingos Coutinho 150\$00 rs
Do João Evangelista. 100\$000 rs	Telha (3 carretos) 5\$500 rs
Junho 13	Drogaria 1\$100 rs
Recebi do Guimarães,	25 quintais de cal 16\$000 rs
por ordem do João Evangelista . . 200\$000 rs	Fachas no coro, Vilas Boas \$730 rs
Setembro 20	Telha (4,5 carretos) 8\$340 rs
Recebi do João Evangelista,	Areia (13 carretos) 3\$900 rs
para saldar contas 54\$185 rs	Carpinteiro 15\$945 rs
Venda de dois quintais de cal e	Tribuna 19\$000 rs
duas rasas que sobraram. 1\$410 rs	Trolha, mão de obra 27\$000 rs
Soma 655\$595 rs	Thomásia (desaterro) 2\$600 rs
	Conta do Ferreiro 8\$560 rs
	13 quintais de cal 8\$320 rs
	18 carros de barro 5\$400 rs
	Tintas para o altar
	e 1/2 dia tabalho 2 homens 1\$360 rs
	Soma 655\$595 rs

Os telhados da Capela de hoje rondam os cento e vinte metros quadrados, pelo que se conclui tratar-se da cobertura total.

Por outro lado as verbas gastas com o pedreiro, indiciam-nos a grandeza da intervenção. O pedreiro recebeu 339\$080 réis, mais de metade de toda a despesa. Esta verba indica-nos que não se tratou de mera obra de restauro, mas, ou de uma reconstrução total, ou de uma capela ampliada, com o reaproveitamento de pedras de uma construção anterior. Repare-se nos gastos em materiais — cal, areia e barro.

Se na perspectiva de mão-de-obra e materiais gastos os trabalhos foram significativos, numa perspectiva de preços comparados não são de menor envergadura. Assim, feito o estudo comparativo de preços,

com base no preço médio dos cereais, na prestação de serviços e nos salários praticados, verifica-se que os 655\$595 réis de então equivaleriam, hoje, a alguns milhares de contos.

Um carpinteiro, nesse ano longínquo de 1886, recebia por um dia de trabalho \$300 réis, um ajudante \$200 réis. O preço dos cereais variava muito de acordo com a produtividade, resultante das boas condições climatéricas. Todavia o preço médio dos cereais na década de 80 do século passado rondava os 900 réis para o trigo; 600 réis para o milho e centeio e uma canada de azeite custava 400 réis.

Na possível proporção entre a subida dos salários e o preço dos produtos, tendo em consideração os baixos salários e a área da Capela, somos levados a admitir que se tratou de uma recuperação total ou de um acréscimo significativo.

Para admitirmos que apenas se tratou de uma recuperação teríamos de concordar, previamente, que a Capela tinha entrado num estado de degradação tal, que só uma intervenção global fora capaz de a salvar. Esta hipótese precisava de um suporte documental para ser aceite sem contestação.

Avançamos com a hipótese de um aumento, baseados em quatro pressupostos:

1º — O montante que foi gasto nas obras. Foi muito dinheiro para a época, o que nos custa a admitir que se tratasse apenas de um restauro.

2º — A despesa efectuada com a movimentação de terras. Isto indicia-nos que não se tratou apenas de uma intervenção na área construída, mas, na verdade, ter-se-ia feito uma intervenção a nível de alicerces.

3º — Quando, em 1834, no inventário dos bens do Convento de Vilar de Frades, se faz a descrição da Capela diz-se: *É pequena*. Considerando a área actual, não repugna que, em 1886, se tenha aumentado. Por outro lado, no mesmo documento, afirma-se: *De frente da porta da sacristia está uma porta travessa e tem duas frestas, uma de cada lado, com vidros pregados em ferro, em forma de grade*. A realidade de hoje é diferente: não temos frestas, mas duas janelas de dimensões razoáveis; os vidros não estão em grades de ferro mas de madeira; as actuais grades de ferro nunca foram suportes de vidros. As alterações verificadas poder-se-iam ter efectuado no ano de 1886.

4º — Os componentes decorativos em pedra lavrada do remate superior da frontaria são diferentes dos que se encontram na cabeceira e ao meio da capela. A configuração dos primeiros é em forma de pirâmide enquanto que os segundos têm a forma de pinha. Diferenças também se nota no aparelho e nas cruzes. Se a Capela tivesse sido construído em uma só fase, estes elementos não pronunciaríamos discrepâncias, mas seriam iguais. Os primeiros mostram ser mais recentes que os segundos.

Por estas razões não nos custa admitir que a Capela tenha crescido para sul, com o reaproveitamento de alguns elementos líticos, nomeadamente os referentes à porta principal, que são de 1812.

Poder-se-á também admitir que, além do crescimento em área, também houvesse alterações a nível de volume, pelo que seria nesta data que foi construído o coro. Esta conclusão advém de duas circunstâncias: A primeira pelo facto de na descrição feita em 1834, apesar de bastante circunstanciada, não se fazer referência ao coro, embora se refira o púlpito; a segunda, porque, em 1886 pela primeira vez nas contas nos aparece citado o coro: *Fachas no coro, Vilas Boas — \$730 réis*. O coro obriga à existência de pé direito razoável e extensão, daí a necessidade de crescer em altura e comprimento.

A partir de 1886, até ao presente, são escassas as informações sobre as obras realizadas na Capela do Socorro. As contas da Junta de Paróquia, entre 1886 e 1932, relativas ao Socorro apenas referem as receitas provenientes dos juros dos títulos e do capital. No que diz respeito às despesas apenas apresentam as que têm a ver com o cumprimento dos legados, por ocasião das festividades.

Houve, forçosamente, obras de conservação e de reparação. A fazer fé numa placa que se encontra junta da sineira, podemos afirmar que, em 1900, Manuel de Boa Fortuna e sua mulher ofereceram à Capela do Socorro um sino — *Offerecido por Manoel da Bôa Furtuna e sua mulher Anna d'Oliveira*.

A Capela, pelo menos a partir de 1875, tinha mais que um sino. Dado que sineira só permitia a existência de dois sinos presume-se que, com esta oferta, se procedeu a uma troca, à semelhança do que já se

havia feito em 1872. Não sabemos qual dos dois sinos existentes foi oferecido pela família Fortuna, todavia, em 1995, o «ano das grandes descobertas», apareceu uma placa ligeiramente ao lado e na parte superior da existente, em que se lê: *sino grande*. Se há documentos esclarecedores de qual foi o sino oferecido, deles não temos conhecimento, outros o podem ter. Quanto à placa agora colocada, porque despropositada e inestética, era dispensável.

O tocador dos sinos dispunha para executar o seu trabalho de um estrado, construído em ferro, implantado do lado de fora das sineiras. Infelizmente, este estrado, tão característico em capelas sem torre, desapareceu. Apesar de reparados em 1992, os velhos sinos que tantas vezes se fizeram ouvir, louvando a Senhora do Socorro, chamando os devotos para os actos religiosos, ultimamente foram reduzidos à expressão mais simples: — tiraram-lhes o pio, sem estrado e sem cordas, ninguém os toca e ninguém lhes toca. Nem lhes valeu, como na tropa, o posto da antiguidade.

As obras no interior da capela, depois de ter começado o ciclo das peregrinações, não têm sido de grande envergadura. A partir dos finais da década de setenta e princípios da de oitenta, procedeu-se à substituição do altar, alterou-se o pavimento, dotou-se de bancos, encanou-se água para um depósito colocado na sacristia e aperfeiçoou-se o sistema eléctrico.

O altar anterior, como é possível verificar na fotografia era de feitura simples, com um oratório envidraçado para a colocação da imagem e duas pinturas laterais representando S. Tiago e Santo António. Não se tratava de obra de um «grande mestre», pois as suas características de estilo e labor, tipicamente regionais, denunciavam mão-de-obra pouca especializada e técnicas não muito desenvolvidas. O retábulo e o altar foram substituídos por uma solução em granito polido.

O pavimento em pedra, a pico meio grosso, foi substituído há uma dúzia de anos por granito serrado. Nessa mesma ocasião foi colado, a toda a volta do corpo da Capela, um soco também em granito e um lambrim em azulejo de matiz azulado. Uma e outra solução são de valores discutíveis.

Destas e de outras obras realizadas no exterior não é possível saber-se qual foi a participação dos devotos, quais as ofertas recebidas, embora, segundo alguns membros que pertenceram às comissões de obras, seja possível saber-se quanto se pagou de alguns materiais.

A juntar às ofertas dos devotos, segundo dizem, há poucas décadas atrás, possuía a Senhora do Socorro algumas peças em ouro, fruto das promessas e que eram colocadas na imagem no dia da festa. Ao que consta, teriam sido vendidas para obras. Desconhecemos qual o ouro vendido, qual o seu valor real ou estimativo, qual o produto da alienação,



Altar com talha em madeira.
(Fotografia, tirada em 1947, gentilmente cedida pela D. Maria Madalena Teixeira).

quais as obras realizadas com tais proventos e quem foi ouvido em tais negócios. Serão muito poucos os que não partilham desta nossa ignorância.



Altar actual com a peanha onde se encontra a imagem da Senhora do Socorro

V

A FESTA

No princípio, a fazer fé no cronista, não havia em honra da Senhora do Socorro uma festa propriamente dita, no sentido estrito da palavra. Não havia qualquer romaria, nem espaço físico para ela e o serviço religioso apenas constava de missa cantada e sermão, deslocando-se para o efeito a comunidade ao local da Ermida, em procissão, no dia da Senhora das Neves.

Com a construção da Capela, em 1812, começaram a acontecer outros actos, a haver outros intervenientes e o serviço religioso até aí verificado, transformou-se e tomou as proporções daquilo que, comumente, se denomina por «romaria minhota».

O levantamento do mastro com a bandeira, algum tempo antes, era o primeiro acto que indicava a festa. Uns dias antes, o anúncio das festividades fazia-se com o estoirar de foguetes, morteiros e o repicar festivo dos sinos. No domingo, dia das solenidades por excelência, logo de manhã, ao raiar da aurora, era dada a alvorada. O povo, adrede preparado com os seus fatos domingueiros, dirigia-se até ao alto do Monte Redondo, para assistir às cerimónias.

A meio da manhã, quando não vinha só de tarde, chegava a banda de música para participar na missa. De manhã a festa constava de missa solene, celebrada pelo pároco com dois acólitos paramentados a rigor, de dalmática e tunicela, com sermão no momento próprio.

De tarde, iam chegando os de longe e os de perto para ouvirem o sermão e verem a procissão. Na procissão, tanto quanto nos foi possível investigar, no século XIX e princípio do século XX, só era levado um andor, o da Senhora do Socorro.

Os mais velhos destinavam o fim da tarde e o arraial para a cavaqueira e para apreciarem as músicas, enquanto que os mais novos, da freguesia e de fora, se entretinham a conhecer-se, namorar e a participar num ou noutra divertimento.

Contavam os mais antigos que, ao fim de tarde e princípio da noite, era costume haver alguns distúrbios. A razão encontra-se nas rivalidades antigas entre freguesias, na intolerância de alguns, no estado de espírito de outros, acicatados pelo negócio das *tasquinhas*, em que o etílico néctar prejudicava as mentes e movia à «adoração a Baco».

Como da primeira metade do século XX ainda existem muitos com um conhecimento razoável de cada um dos números da festa, preferimos fazer uma retrospectiva pelas contas de um quarto do século passado, permitindo assim ter um conhecimento aproximado dos custos e dos actos constantes nos programa de então.

Neste período as principais despesas verificavam-se com o pagamentos destinados às bandas de música, ao fogo, aos rosários, ao pregador e aos padres que participavam nas cerimónias.

A despesa com a música, em 1855, foi de 9\$600 réis, com uma única banda. No ano seguinte a banda recebeu o mesmo, acrescido de uma gratificação de \$960 réis, *por tocar no baile do penedo*.

A partir daí esta despesa varia muito de ano para ano e, em 1864, além dos 12\$000 réis do contrato, pagou-se uma ceia no valor de 1\$640 réis. Para além da ceia, a despesa é acrescida de velas e azeite para a iluminação, com \$440 réis e \$390 réis, respectivamente. Estas despesas extras mostram-nos que, neste ano, houve arraial e festa nocturna.

No ano seguinte regista-se a presença de duas bandas: a de Barcelos, por 12\$000 réis, e a de Cabreiros por 9\$000 réis.

Em 1867, juntamente com a Música de Barcelos, veio tocar a de S. Vicente, que apenas custou 5\$500 réis, menos de metade que a sua rival. Neste ano novamente aparece a despesa da ceia, no valor de 1\$000 réis.

Em 1868, só temos uma música, mas é-lhe dado o almoço e ceia, o que nos permite deduzir que teria comparecido da parte de manhã para tocar na missa cantada, tendo ficado durante a tarde, para a procissão, e à noite para o arraial.

Resumo das contas 1855 a 1880					
ANO	RECEITA	DESPEZA	ANO	RECEITA	DESPEZA
1855	34\$035	31\$880	1868	110\$890	110\$910
1856	45\$090	44\$590	1869	61\$365	60\$985
1857	41\$395	33\$650	1870	61\$690	61\$960
1858	50\$170	42\$125	1871	67\$915	60\$130
1859	48\$500	42\$050	1872	103\$100	102\$875
1860	69\$615	62\$500	1873	71\$850	71\$850
1861	56\$140	48\$530	1874	56\$870	55\$570
1862	72\$630	64\$070	1875	71\$305	66\$920
1863	53\$740	45\$950	1876	86\$295	82\$180
1864	90\$390	82\$600	1877	89\$095	91\$830
1865	84\$100	77\$860	1878	73\$050	87\$735
1866	83\$970	77\$580	1879	79\$020	79\$020
1867	82\$305	75\$230	1880	100\$015	99\$165

A Filarmónica de Oliveira veio tocar na festa em 1872, tendo custado 5\$000 réis, enquanto que à Música de Barcelos se continuava a pagar 12\$000 réis.

No ano de 1875 deparamos com três novas despesas: Música e cantores — 19\$680 réis; padres e polícia¹⁴ para a festa — 2\$800 réis; e tocador dos sinos — \$360 réis.

Daqui se retiram outras tantas conclusões:

— Que houve um empenhamento em dignificar a cerimónia religiosa. Além da banda, abrilhantaram as cerimónias os cantores.

— Que, para evitar distúrbios, se chamou a polícia.

— Que a Capela tinha mais do que um sino, uma vez que se diz expressamente: *Tocador dos sinos*.

¹⁴ Em 1932 foi requisitada a Guarda Nacional Republicana para o arraial, desde as 4 horas da tarde até às 10 da noite. Custou o serviço 90\$40.

Continuando a examinar as despesas com a música, em 1880, há a salientar: Música de Barcelos — 17\$000 réis; Música de Santa Maria de Abade — 11\$500 réis; ceia à de Oliveira — 1\$760 réis; almoço e ceia às músicas — 4\$535 réis; estudantes dos ensaios — 1\$000 réis.

Tratar-se-ia de um programa musical de envergadura. Faz-se referência a três músicas. Duas estariam presentes durante o dia e no arraial. A Filarmónica de Oliveira só terá vindo participar no arraial. Pela primeira vez se nomeia a Música de Santa Maria de Abade. Os ensaios feitos por estudantes, seriam na preparação da missa cantada.

Com o fogo e morteiros despendia-se um montante significativo. Para os morteiros figura a despesa com a aquisição de pólvora, aluguer de morteiros e pagamento ao homem encarregado de os carregar e deitar. O fogo podia ser preso e do ar e com esta despesa nunca se ultrapassou os 20\$000 réis anuais.

Em 1880, o fogo não foi da melhor qualidade. O tesoureiro, homem responsável, descontou as falhas e assim escreveu: *Despesa com o fogo, com o abatimento nas figuras que não arderam — 14\$000 réis.*

O pregador tinha a missão de pronunciar dois sermões: um de manhã, na missa, e outro de tarde, antes da saída da procissão. Anos houve em que se tratou de duas pessoas diferentes — *orador da manhã e orador da tarde.* O estipêndio pelos dois sermões variou muito de ano para ano, sendo-lhe atribuído desde 3\$840 réis, em 1856, e 12\$000 réis, em 1878.

O estipêndio aos padres, pago pela sua participação na missa e na procissão, variou entre 1\$680 réis e 3\$800 réis.

Outra despesa constante é a que se prende com os rosários. A comissão de festas tinha a obrigação ou devoção de fazer distribuir rosários pelos mordomos e juízes. No relatório de contas, na maior parte dos anos só se refere *rosários*, sem a explicação a quem se destinavam, enquanto que algumas vezes se diz *rosários para os mordomos* e, em 1876 e 1878, se refere *rosários para os juízes e mordomos.*

A verba despendida com os rosários variou de ano para ano, entre os 2\$200 réis e os 10\$720 réis. As variações da despesa com esta rubrica, devem-se mais à qualidade dos rosários do que à quantidade. Em alguns anos poderiam ter sido distribuídos aos juízes rosários em prata, o que aumentava consideravelmente o seu custo.

Todos os anos havia uma série de despesas que se efectuavam com as missas do legado, as ornamentações da Capela, do andor, do arco;

com o aluguer, colocação e transporte das bandeiras; com o tocador dos sinos, as licenças do arcipreste e do administrador; a pólvora para os morteiros, o fio e cordel para as bandeiras, os pregos e o pagamento aos carpinteiros de fazerem o arco e os palanques para as músicas.

Pagavam-se as refeições à música, quando havia arraial, oferecia-se uma colação aos encarregados do transporte dos materiais e registavam-se despesas diversas com velas e azeite para iluminação, vestidos para os anjos, pinheiros para o arco, tábuas para o palanque.

A receita provinha dos juros do capital e dos títulos, das 23 medidas de milho alvo e centeio, das esmolas dos juízes, juízas e mordomos, do peditório feito no S. Miguel de milho e linho, da venda e aluguer de mortalhas, da esmola do prato no dia da festa, do saldo das contas do ano anterior e das esmolas das caixas da Capela e do nicho. Em 1880 aparece como receita 19\$000 réis de um leilão.

Entre 1882 e 1884 não temos conhecimento das contas da Festa do Socorro. A partir de 1885, não existe um livro próprio onde estejam escriturados. A Junta de Paróquia, em conformidade com os seus deveres e direitos, todos os anos lançava nas suas contas as respectivas receitas fixas e despesas obrigatórias.

A Capela do Socorro era possuidora de três títulos de valor nominal de 300\$000 réis, de 399,579 litros de cereal meado e do 147\$800 réis de capital mutuado. Entre 1885 e 1891, a Junta de Paróquia, nas suas contas ordinárias, diferenciou estes rendimentos. A partir de 1892, enquanto os juros dos títulos e do capital são escriturados conjuntamente com os rendimentos da paróquia, as 23 medidas de cereal aparecem com denominação específica. Assim acontece até 1919.

De 1919 a 1932, as medidas de cereal ora nos aparecem quantificadas como foros, ora com o valor de venda do cereal. Esta variação, acrescida da alteração dos juros do capital e dos títulos, provoca uma oscilação constante nas receitas.

No que diz respeito às obrigações, entre 1895 e 1911, a Junta de Paróquia, anualmente, mandava celebrar 12 missas¹⁵ e contribuía para

¹⁵ A razão da passagem de 11 missas para 12, deve-se à obrigação testamentária de Jacinto José Rebelo.

a festividade da Senhora do Socorro, com uma cota que variou entre 16\$965 réis e 34\$000 réis.

Entre 1912 e 1919, nas contas da Junta de Paróquia não se regista qualquer despesa com a festa do Socorro; porém, a festa realizava-se como consta da publicidade feita nos órgãos de comunicação do tempo. No jornal *O Barcelense* de 25 de Julho de 1914, escreveu-se: *Nos dias 1 e 2 de Agosto, na freguesia de Madalena de Vilar realiza-se a imponente festa à Senhora do Socorro, uma das mais concorridas do concelho. Este ano abrilhantarão estes festejos duas magníficas bandas de Música, havendo grandes iluminações, sermões e imponente procissão. Ao Socorro, pois!*

Nos anos seguintes aparece a publicidade com as mesmas características, sendo apenas de realçar que, em 1916, se refere que o sermão será proferido *por um hábil orador*, e, em 1918, para além do *hábil pregador*, diz-se que na procissão *se incorporarão diversos anjos e figuras alegóricas*. Diz mais que *toma parte nesta festividade a excelente música dos nossos voluntários*.

De 1920 a 1923, a Junta de Paróquia atribuiu uma *esmola para a festa do Socorro* com os seguintes valores: 1920 — 10\$00; 1921 — 12\$00; 1922 e 1923 — 20\$00. Talvez este contributo da Junta de Paróquia esteja relacionado com as feiras de gado, de que falaremos à frente.

Em 30 de Julho de 1927, *O Barcelense* depois de fazer referência à feira franca faz a publicidade, à festa religiosa, nos seguintes termos: (...) *Nos dias 6 e 7 também se efectuarão os grandiosos festejos à Senhora do Socorro, havendo fogo, iluminações, música, missa solene, sermão, vistosa procissão, etc.*

Em 1928, os jornais nada registam.

Em 1929, novamente, *O Barcelense*, em 27 de Julho, publica: *Senhora do Socorro — Nos dias 3 e 4 de Agosto, na importante freguesia de Vilar de Frades, realiza-se a tradicional romaria da Senhora do Socorro, havendo música, gigantes e gigantones, zés pereiras, fogo, iluminações, missa solene, sermão, majestosa procissão, feira franca, danças, etc.*

Em 1930, a publicidade faz-se nos dias 26 de Julho e 2 de Agosto, com o texto que passamos a transcrever: *Senhora do Socorro em Areias de Vilar e Madalena — A comissão que leva a efeito, nos dias 2 e 3 de Agosto, a tradicional romaria e feira de Nossa Senhora do Socorro, previne*

todos os crentes que as festas este ano serão deslumbrantes, atraentes, havendo vistosas iluminações, fogos variados, majestosa procissão, etc. A feira franca anual que se efectuará no dia 3 deve ser muito concorrida, devido aos valiosos prémios que serão oferecidos. Os festejos serão abrilhantados pelas afamadas músicas de Barcelos e de Cabreiros. Que ninguém falte a esta festividade são os votos dos comissionados.

Em 1933 não se realizou a tradicional festa religiosa, tendo porém havido a feira do gado.

Nos anos seguintes, tanto quanto nos é dado saber, sempre se realizou a festa que, como é óbvio, se tratava de uma romaria minhota, com todos os aperitivos e manjares próprios destas manifestações religioso-culturais.

VI

AS PEREGRINAÇÕES

Em 1961, acabou-se com a tradicional romaria e iniciou-se um novo ciclo, o das peregrinações, com a participação das freguesias vizinhas de Rio Covo Santa Eugénia, Gamil, Várzea, Adães, Encourados, Martim e Pousa, sendo Areias de Vilar a freguesia anfitriã.

Nestas três décadas outras freguesias aderiram ao projecto, nomeadamente Bastuço Santo Estevão, Bastuço S. João, Rio Covo Santa Eulália, Fonte Coberta, Midões, Moure e, mais tarde, Fralães e Silveiros, enquanto que a vizinha freguesia da Pousa deixou de participar de forma organizada.

Este novo sistema de celebrar o dia dedicado a Nossa Senhora do Socorro, no primeiro domingo de Agosto, consta de um programa que, em traços gerais, se pode apresentar do seguinte modo:

— No último domingo de Julho, a imagem da Senhora vai em procissão (agora em cortejo automóvel) até uma das freguesias participantes, uma em cada ano, não se repetindo sem percorrer todas as outras. A primeira freguesia que, em 1961, recebeu na sua igreja a imagem de Nossa Senhora do Socorro, foi Rio Covo Santa Eugénia.

— Durante essa semana a freguesia de acolhimento promove actos religiosos, condizentes com a devoção dos crentes, enquanto que as restantes freguesias se vão preparando para no domingo seguinte participarem activamente, tanto quanto possível, na denominada peregrinação.

— No primeiro domingo de Agosto, pela manhã, a freguesia que nesse ano acolheu a imagem trá-la em procissão até aos limites de Areias

de Vilar, onde, junto ao travesso do Alto de Vilar, as outras freguesias a esperam e a acompanham até ao Monte Redondo.

Aqui as cerimónias desenvolvem-se ao ar livre, numa tribuna que, há uns anos atrás, foi mandada construir ao lado da Capela. São presididas, geralmente, por um Bispo resignatário, tendo-o sido poucas vezes por um dos auxiliares de Braga.

Para além do povo anónimo costumam estar presentes os párocos das freguesias participantes.

As cerimónias constam, essencialmente, de uma aclamação a Nossa Senhora, na hora de chegada da peregrinação, com cânticos e invocações, seguindo-se a celebração da Eucaristia e terminando, nos últimos



Local, ao lado da capela, onde se realizam as cerimónias no primeiro Domingo de Agosto.

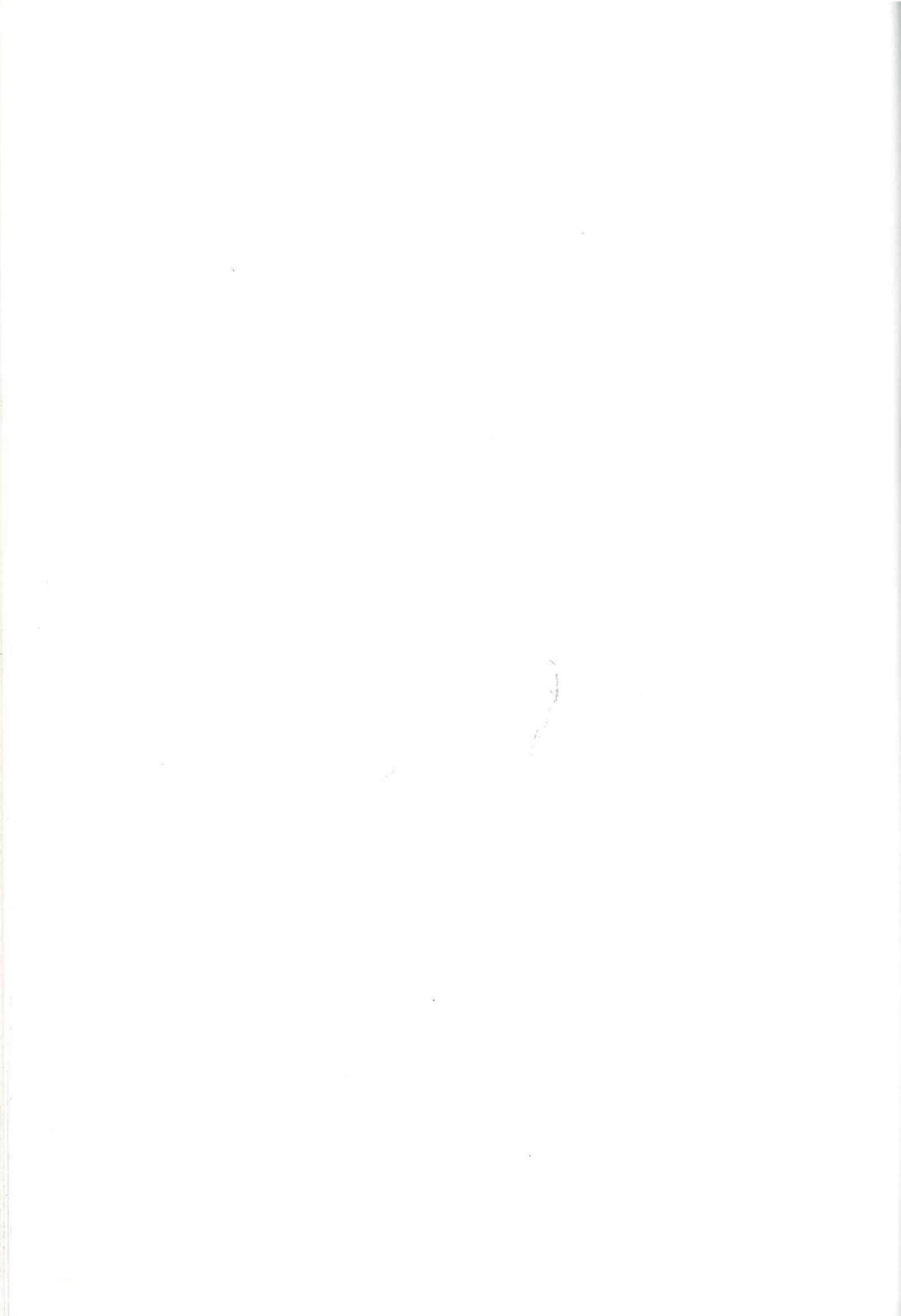
anos, com a benção aos doentes. No final a imagem é levada para a Capela.

Quando em 1961 se iniciou este novo ciclo, da parte de tarde, ainda tinha lugar o sermão e a procissão. Este costume caiu, terminando, actualmente, os actos religiosos no final da manhã.

São, pois, cerimónias em tudo parecidas a outras peregrinações de iguais características que se celebram nas capelas espalhados por colinas e outeiros de Barcelos e de Portugal.

Temos pena que as contas e os relatórios de actividades deste novo ciclo da vida da Capela do Socorro não tenham sido publicados, pois, desta forma, este trabalho ficaria mais completo. Julgamos, porém, que nunca é tarde para se fazer história.

Só em 1988, *Voz de Vilar* registou com agrado «*as despesas e receitas*» verificadas com a peregrinação. A receita foi de 384.063\$00, a despesa de 288.698\$00. Não são conhecidos, porém, mesmo desse ano e de todos os outros, o registo das receitas das caixas de esmolas e donativos recebidos durante o ano. Do mesmo modo se desconhecem os custos da aquisição de equipamentos e serviços.



VII

ADRO E TERREIRO

O adro e o terreiro são ligados entre si por um escadório de razoáveis proporções, bem lançado, com 40 degraus e 7 patamares, com uma largura pouco superior a 4 metros.

O adro está mais voltado para os actos religiosos, enquanto que o terreiro se destina a divertimentos.

Podemos dizer que a Capela da Senhora do Socorro, construída em 1812, não ficou, à sua volta, com espaço público significativo. Era normal, no tempo da sua construção não havia a preocupação de grandes adros, limitando-se os espaços à volta das capelas ao estritamente essencial, o necessário à passagem dos romeiros e das procissões. O mesmo se verifica nas outras capelas da nossa freguesia. Por outro lado, ao fundo do escadório, encontra-se um terreiro de amplas proporções e aprazível.

Quando há cerca de trinta anos se começou a pensar nas peregrinações, viu-se a necessidade de alargar o espaço envolvente da Capela¹⁶, o que se conseguiu para poente. Desconhecemos o processo da posse deste terreno, se foi por compra, doação ou ocupação, mas hoje é um dado adquirido.

¹⁶ Na Matriz Urbana de Areias de Vilar, de 1937, na descrição da capela do Socorro diz-se: *Capela com um pavimento de superfície coberta de 102 m² e um alpendre com 36 m². Confrontações: todos os lados, logradouro da capela.* Por sua vez, na mesma matriz, ao fazer referência à Capela de S. Sebastião, cujo o adro é de todos conhecido, refere: *Capela com um pavimento de superfície coberta 87 m². Logradouro com área de 1200 m².* Esta diferença de tratamento indica-nos, de facto, que à volta da capela da Senhora do Socorro, à semelhança do que acontecia com a Capela de S. João e Santa Maria Madalena, só existia um pequeno espaço destinado à passagem das procissões e dos romeiros.

O mesmo não aconteceu para nascente e, tanto quanto nos é dado saber, o alargamento feito tem sido mais consentido pelos proprietários do que legal. Por doação de Jerónimo Cardoso Botelho, em 1953, com razão ou sem ela, foram estabelecidos limites, na parte norte e nascente da Capela e uma faixa de terreno ao longo do escadório, até ao terreiro

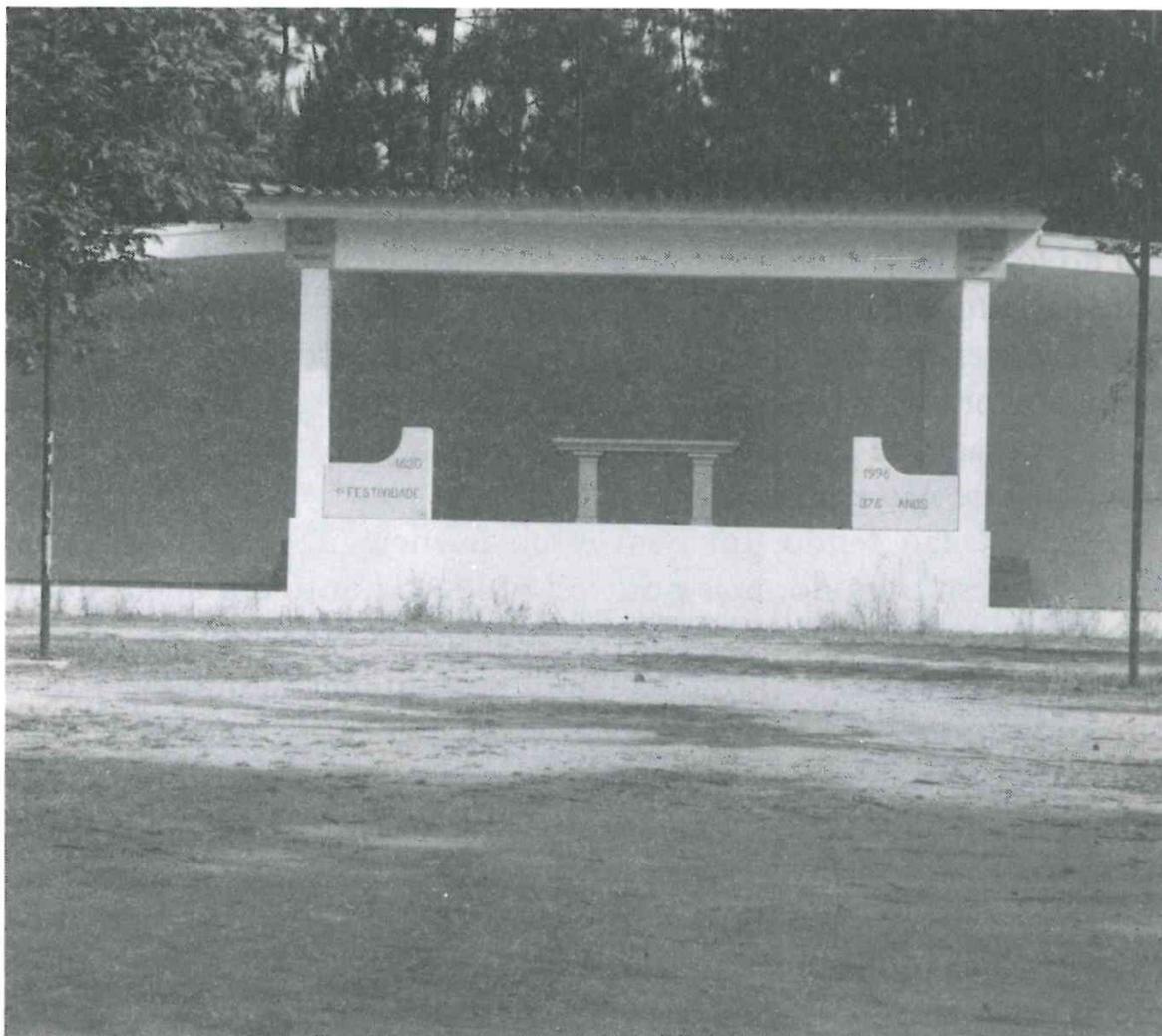
Somos apologistas da aquisição de uma porção de terreno à volta da Capela e ao correr do escadório, para nascente, de uma forma legal e não por ocupação selvagem. Todos temos direitos e nem o poder civil nem o poder eclesiástico, nunca, até por princípio, podem ultrapassar os direitos das pessoas. O direito de propriedade é um direito consignado na lei.

Voltando ao espaço público a poente da Capela, este foi terraplenado, arborizado e aí construída uma tribuna, em betão armado, para servir nas cerimónias religiosas da peregrinação. Na nossa perspectiva tratou-se de um mau investimento, quer pela sua rentabilidade tendo em consideração que apenas é ocupada uma vez por ano, durante três horas, quer pela concepção, materiais utilizados e falta de estética para todo um conjunto que se pretendia e deve pretender o mais harmonioso possível.

Julgamos que esta solução não contribuiu para dignificar o espaço e o ambiente. Em outros locais de peregrinação, bem mais concorridos que o nosso, com um afluxo de pessoas mais significativo, cujas peregrinações são mais antigas, os responsáveis não tiveram a veleidade de construções idênticas. Recorde-se a Franqueira, o Facho, a Senhora da Saúde, a Senhora da Aparecida, para só falar de locais do nosso concelho.

É mais económico, mais estético, menos poluidor, mais ambiental, no dia da peregrinação, construir um palco adrede preparado para o acto.

Na parte da frente foram colocadas, a nível de piso, duas pedras, uma de cada lado, em que se pode ler: *1620 1ª Festividade; 1995 — 375 anos*. Esta inscrição, elaborada no ano transacto, confirma como a referida data das padieiras foi violada. Mas afinal de que serviu a invenção de 1619? Ao escreverem *1620*, aconteceu aquilo que normalmente se diz quando a verdade é postergada: o gato ficou com o rabo de fora!



Tribuna para as cerimónias ao ar livre, utilizada uma vez por ano.

Em frente à tribuna e a poucos metros do cabido para poente, foi construída uma torre, para nela se instalar um carrilhão de sinos.

Foi uma construção controversa, porque feita sem projecto aprovado, sem licença camarária, sem consulta prévia ao povo da freguesia. A obra foi embargada por quem de direito, o embargo não foi respeitado, o que, por natureza e só por si faz dela uma torre polémica e uma construção para todo o sempre ilegal.

O cerne da polémica está essencialmente na sua localização. Não foram ouvidos nem achados os arquitectos, os paisagistas e a Comissão de Arte Sacra da Arquidiocese de Braga. O parecer destas entidades era obrigatório, conveniente, oportuno e indispensável. A falta de consulta não podia ser suprida com a desculpa de que se tratava de uma

oferta de um devoto do Santuário de N.ª S.ª do Socorro que a fabricou, ofereceu e implantou no local «como ornamento». Isto não era motivo nem circunstância impeditiva para os responsáveis afirmarem que *era impossível apresentar, em prazo conveniente, qualquer projecto, mesmo rudimentar.* Os projectos não levam tanto tempo a elaborar, a discussão do local de implantação poder-se-ia fazer a qualquer momento, a obra não urgia, não era de primeira necessidade, pelo que a explicação que se pretendeu dar em 29 de Julho de 1991, não tem fundamento credível. Por outro lado quem dá não deve impor condições sob pena de ser acusado de intenções dúbias, mesmo que se trate de um *ornamento*, o que não é o caso.

A torre, não sendo um bem essencial nem útil, poder-se-ia ter feito do mesmo modo, mas noutro local. No ponto em que a «plantaram», subalternizaram a Capela, com quase 200 anos de idade e destruíram a beleza do local. Quem do fundo lança um olhar para o alto, na busca da harmonia, com a esperança de encontrar uma Capela, depara em primeiro plano com uma torre. Talvez muitos não subam, até ao que seria o aconchego de uma capelinha, porque torres há muitas.

Tratou-se de uma obra que teve como principal contribuinte o P.e Manuel Lima, que aí investiu alguns milhares de contos, de cujo gesto me recuso a falar, porque já faleceu. Dos mortos ou se diz bem, ou não se fala. É evidente que só me refiro a este acto, a construção da torre. É lamentável que os responsáveis pelo culto e administradores da Capela não se tenham empenhado em esfriar o seu entusiasmo.

Muitos moradores da freguesia e devotos de Nossa Senhora, não concordaram com tal empreendimento, pelo que se negaram a concorrer para essas despesas. Não o fizeram, prioritariamente, porque o seu pensar não se conciliava com o processo implementado e com uma localização desastrosa a todos os níveis.

O mais grave, no meio de tudo isto, é que os principais responsáveis, aqueles que mais pagaram para a anomalia e, conseqüentemente, contribuíram para que se perdesse todo um ambiente de silêncio, de harmonia, convidativo à oração foram de fora da freguesia.

Permitam-nos um parêntese para transmitir uma opinião que nada tem a ver com história, mas o investigador, em determinados casos, também tem o direito de opinar. Melhor fora que tivessem investido,



A torre da discórdia

por devoção à Senhora do Socorro, numa obra destinada às crianças, à juventude, à terceira idade, ou num empreendimento de carácter social, educativo, desportivo ou recreativo. Havia tanto para fazer com esse dinheiro. Agradaria muito mais à Mãe de Jesus, porque, à semelhança de Seu Filho e das linhas programáticas do Seu Evangelho, investiam

no ser humano, no seu desenvolvimento e realização pessoal. Assim teriam tido o apoio de todos sem a contestação verificada.

Enfim, a torre vai ficar ali nos tempos mais próximos, a atestar aos vindouros o mau gosto e falta de sentido estético dos homens de hoje, porque ninguém tem coragem de a deitar abaixo.

A meio caminho entre o terreiro e a torre foi construído, no ano findo, um fontanário em pedra. Concordamos com este fontanário do mesmo modo que concordaríamos com outros de feitura mais simples ou mais complexa espalhados pelo terreiro. Julgamos ser necessário dotar o espaço de torneiras de água potável, para que se possam des-sedentar os turistas, os devotos, os amantes da Natureza.

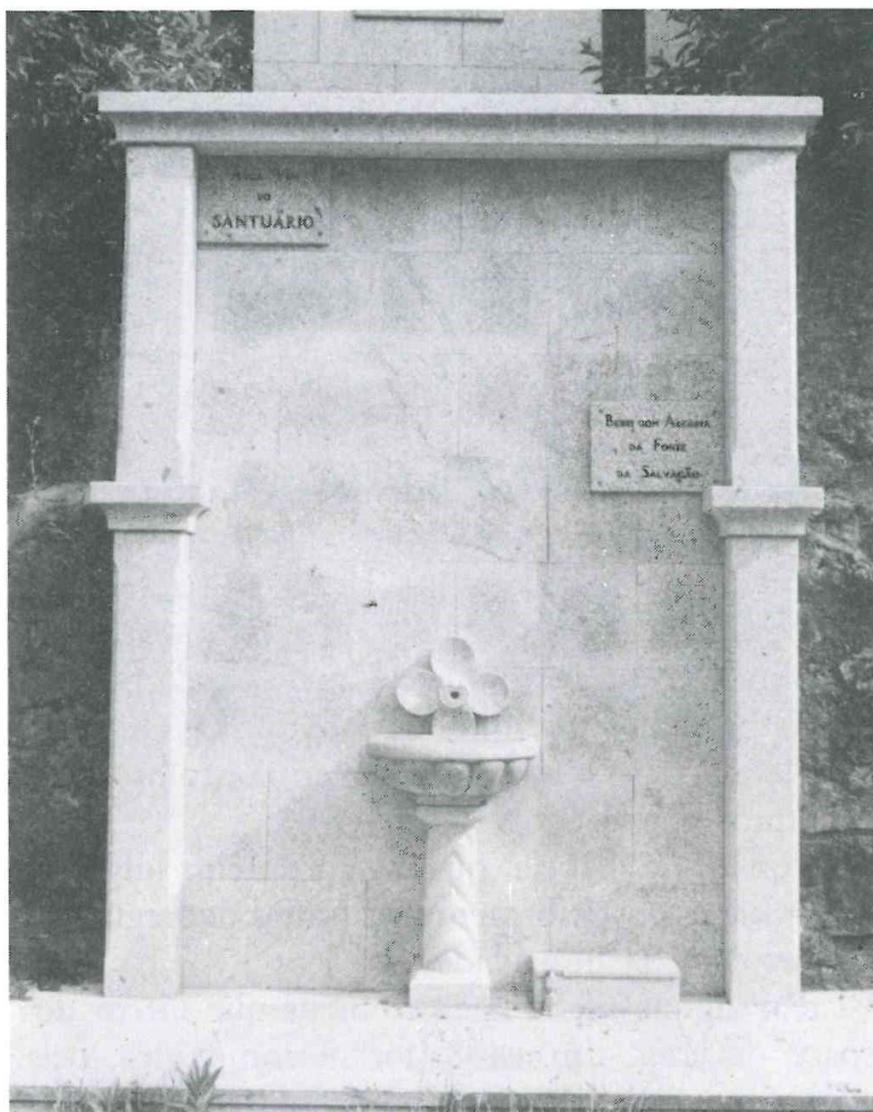
Concordando, não podemos deixar de tecer um comentário a uma frase que aí se encontra. Não me refiro, como é evidente, à inscrição



Um poste e uma torre... e uma Capela

bíblica: *Bebei com Alegria da Fonte da Salvação*, embora a ache desenhada. Refiro-me a uma outra que também sendo bíblica — *Água vem do Santuário* —, do modo como se encontra fora do contexto, provoca ambiguidades e pode induzir em erro.

Na Capela, dentro ou fora, e nas imediações, não existe qualquer nascente de água. A água era de um furo que se encontrava ao fundo do escadório, e, a partir de agora, será de um poço feito a cerca de 300 metros de distância, para sul. Se vier directamente do poço será fresca. Se vier de um depósito que se encontra na sacristia, para se dizer que *vem do Santuário*, no verão será morna; em qualquer época do ano será menos pura.



A fonte...

As coisas são como são, não como quereríamos que fossem; nada deve haver a esconder, quando as coisas se processam dentro da normalidade. Nunca se deve procurar sacramentais onde eles não existem, nem santidade onde só se encontra a força da natureza e a inteligência do homem.

Ao fundo do escadório, foi recentemente levantado um alto poste de ferro, com uma luz, tipo vela, na extremidade superior. Que infelicidade tiveram, mais uma vez, na escolha do local; mais uma agressão, a juntar a tantas outras.

Deixemos a parte superior do Monte Redondo e debrucemo-nos sobre o terreiro, ou seja esse espaço aprazível entre o escadório e a estrada, o espaço que é servidão pública, com secular vegetação.

Até à publicação do Decreto de 20 de Abril de 1911, a denominada *Lei da Separação*, torna-se por vezes difícil saber o que são bens da Igreja e bens da sociedade civil, bens públicos. Como já se aperceberam, durante a monarquia, embora a Capela do Socorro tivesse um juiz e um tesoureiro, todos os anos estes mesários apresentavam contas à Junta de Paróquia.

A partir de 1911, a Junta de Paróquia continuou a administrar os fundos da capela, os direitos e obrigações. Em 1914, na reunião ordinária da Junta de Paróquia, de 15 de Março, no auto de arrolamento adicional, o presidente de Junta Agostinho José da Silva Matos alegou que estava convencido de que os títulos pertenciam à mesma Junta, visto que lhe estavam averbados. Em 1916, afirma que a Capela estava na posse e administração da Junta, visto não haver qualquer associação ou corporação daquela invocação, com existência legal, na referida freguesia.

Apesar das afirmações do presidente de Junta de então, julgamos que sempre foi tido como certo que a Capela era da posse da instituição religiosa. O presidente da Junta teria feito estas alegações mais por imposição da lei da separação e para reaver os títulos, do que para se meter nos assuntos eclesiásticos.

Se assim é quanto à Capela, quanto ao terreiro julgo que todas as juntas de paróquia e, posteriormente, as juntas de freguesia o consideraram como pertença da autoridade civil.

Aqui existem alguns exemplares arbóreos que fazem do lugar um óptimo espaço de lazer. Em 1868, foram comprados, pela Junta de Paróquia, seis carvalhos, por \$360 réis, para aí serem plantados. Ainda hoje temos, possivelmente, quatro destes seis exemplares, tendo

sido os dois restantes substituídos. Destes primeiros seis um deles secou, em 1948, sendo vendido pela Junta de Freguesia, em haste pública e tendo sido plantado outro em seu lugar.

Existiam algumas oliveiras, cujo azeite produzido se destinava à lâmpada que se acendia aos sábados e em dias de festividades. Nos anos em que não se gastava todo o azeite, este era vendido e revertia a favor da Capela. Assim em 1859, vendeu-se azeite no valor de \$700 réis; em 1869 no valor de 1\$270 réis; em 1871 no valor de 2\$150 réis e em 1875 no valor de \$600 réis.



Terreiro do Socorro

Por sua vez, em 1876, algumas oliveiras foram deitadas abaixo, outras foram podadas e vendeu-se a lenha por \$600 réis.

Em 11 de Novembro de 1932, a Junta de Freguesia vendeu a Francisco Falcão o mato do terreiro do Socorro por 15\$50 e a folha a Aníbal Cortês por 7\$50.

Em 1933, para além da folha dos carvalhos também se vendeu azeitona no valor de 43\$00. Em 1935 vendeu-se a azeitona no valor de 6\$00.

Em 1948, foram plantadas no terreiro do Socorro doze oliveiras, na ala poente, ao lado do terreno do proprietário de então José Vilas Boas.

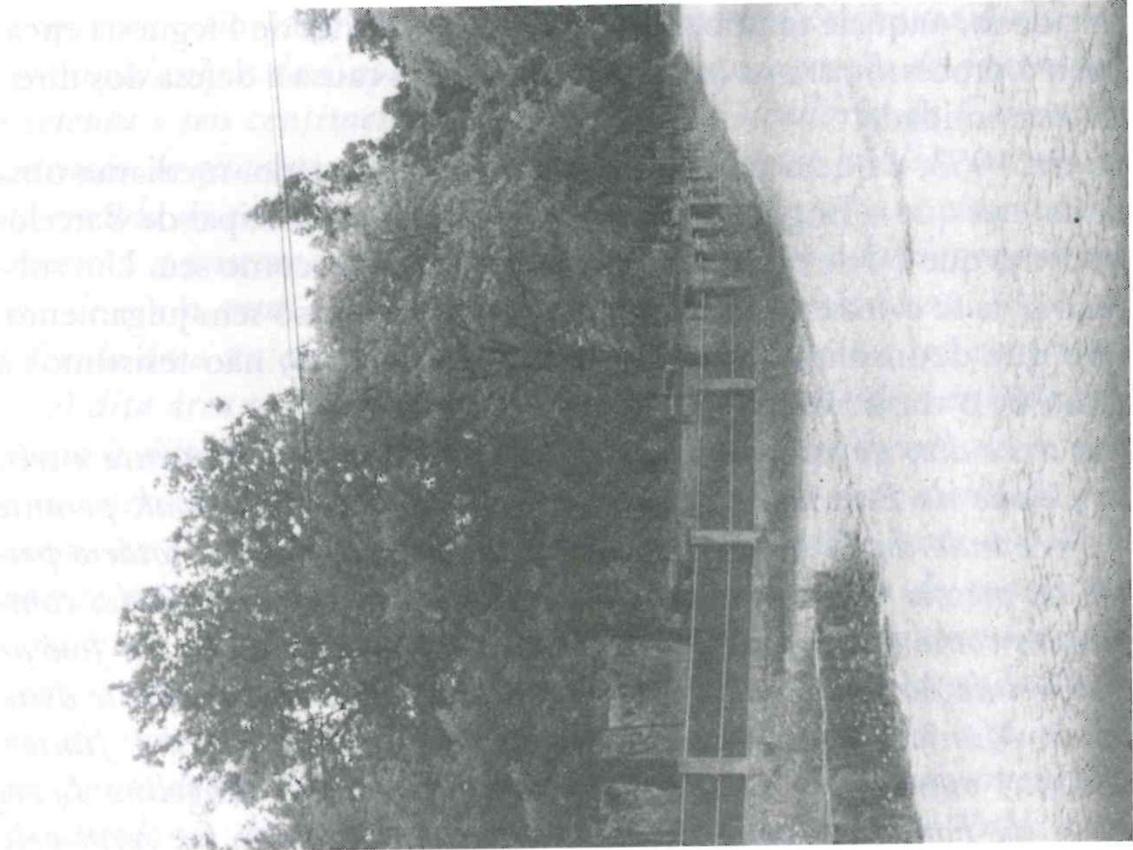
Para além das oliveiras e dos carvalhos, outra vegetação existiu e existe neste espaço, tendo algumas árvores de grande porte sido derrubadas pelo violento ciclone que assolou o Norte do País, pelas 20 horas do dia 15 de Fevereiro de 1941. Das árvores de grande porte derrubadas no terreiro do Socorro, contam-se duas austrálias que foram vendidas em haste pública, tendo o produto revertido como receita para a Junta de Freguesia.

Ao terreiro propriamente dito deverá juntar-se aquilo que era uma bouça e hoje é parque de merendas, confrontando a Norte e Poente — com estrada, a Sul com herdeiros de José da Cunha Teixeira e a Nascente com a Quinta de Vilar.

Em 24 de Julho de 1937, a Junta de Freguesia deu de arrendamento a Joaquim Ferreira de Araújo, residente no lugar do Socorro, todo o mato da bouça à margem da estrada, toda a folha das carvalheiras, mato e azeitona do terreiro da Senhora do Socorro. Este arrendamento renovável de três em três anos, fez-se pelo pagamento adiantado de 20\$00. Em 1940, por novo contrato passou a pagar, somente, 15\$00.

A partir de meados de 1948, o terreiro do Socorro foi objecto de uma grande atenção por parte da Junta de Freguesia, perante a pretensão do Engenheiro Jerónimo Cardoso Botelho Júnior, que se queria apropriar de parte do terreno. A Junta de Freguesia tomou posição na sua reunião ordinária de 2 de Junho de 1948, argumentando que sempre *administrou o terreno, vendeu e plantou árvores, vendeu azeitona, folha e mato.*

Sem atender aos argumentos da Junta de Freguesia, na madrugada de 16 de Agosto, de 1949, foram *furtados uns pinheiros, pinheiros a cargo da Junta*, no terreiro do Socorro, tendo-se averiguado que *Jerónimo Cardoso Botelho Júnior, residente na cidade do Porto, os havia vendido.* O prejuízo



Parque das merendas.

foi calculado, naquele tempo, em 2.000\$00 e a Junta de Freguesia encaminhou o processo para os tribunais. Estava em causa a defesa dos direitos da comunidade.

Só em 1953, é que o problema haveria de ser sanado, mediante uma escritura, em que o Eng.º Botelho doa à Câmara Municipal de Barcelos o que pensa que é dele e a Junta de Freguesia reclama como seu. Um subterfúgio para se evitarem desavenças e se encerrar o caso sem julgamento.

Pelo que de insólito e confuso tem o documento, não resistimos à tentação de o transcrever:

Aos treze dias do mês de Junho de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de Barcelos e Secretaria da Câmara Municipal, perante mim Fernando da Costa Fernandes, chefe da Secretaria e notário privativo da mesma Câmara, e as testemunhas adiante mencionadas compareceram como outorgantes: — Primeiro, Senhor Doutor Luís José de Magalhães de Abreu Novais Machado, casado, médico, presidente desta Câmara Municipal...; Segundo, Jerónimo Cardoso Botelho Júnior, casado (...) outorgando também em nome da mulher Angelina Lopes Antunes da Fonseca Araújo Botelho, como me provou e fez certo pela procuração...

Pelo segundo outorgante foi dito que é dono e legítimo possuidor do seguinte prédio rústico: Bouça do Monte Redondo, ou do Socorro, de mato e pinheiros, situada no lugar da Foz ou Socorro, da freguesia de Madalena de Vilar, anexa à de Areias de Vilar, deste concelho, inscrita na matriz respectiva sob o artigo n.º 417, com o valor matricial de 1.630\$20 e descrita na conservatória do Registo Comercial e Predial desta Comarca, sob o n.º 37.170.

Esta bouça que é de forma irregular confronta do lado Nascente com o muro da Quinta do Convento de Vilar; Norte com herdeiros de Manuel Luís Simões, mede por este lado 165 metros, havendo um prolongamento na direcção sudoeste por onde mede 38 metros e confronta a poente com os mesmos herdeiros e Augusto Matos Rodrigues.

Que pela presente escritura faz doação à Câmara Municipal do Concelho de Barcelos de uma parcela de terreno a destacar da bouça em referência e compõe-se de uma faixa e de mais uma área contígua da qual aquela faixa é um prolongamento, confinando com terreno público e estrada camarária delimitados como se segue: A faixa tem uma largura de quatro metros e setenta e dois centímetros e um comprimento de

cinquenta e dois metros e cinquenta centímetros, confrontando do Norte com o palanque da Capela do Socorro, numa extensão de quatro metros e setenta e seis centímetros, a Poente com o escadório da Capela numa extensão de quarenta e um metros e com o terreiro público que dá acesso da estrada ao escadório, numa extensão de onze metros e cinquenta centímetros, a nascente em linha recta com a bouça do doador numa extensão de cinquenta e dois metros e cinquenta centímetros; a sul com a referida área na extensão de quatro metros e setenta e seis centímetros.

A dita área confronta a poente em linha recta desde a estrada até um ponto à distância de onze metros e cinquenta centímetros do escadório, com o terreiro público que dá acesso a este.; a Sul com a estrada que dá acesso ao Convento de Vilar e a Norte, em linha recta em direcção poente-nascente, com a referida faixa, numa extensão de quatro metros e setenta e seis centímetros e com a bouça do doador numa extensão de vinte e nove metros, partindo esta recta daquele ponto situado à distância de onze metros e cinquenta centímetros do escadório, a qual desde o seu ponto de partida é ligeiramente inclinada a Sul relativamente à perpendicular à dita extrema poente, naquele ponto. Esta linha extrema norte passa junto e a norte do posto telefónico e da terceira oliveira a contar da direcção do muro da Quinta do Convento de Vilar e a nascente confronta com este muro. As confrontações do terreno doado ficam, portanto, em resumo, com as seguintes confrontações: a Norte com o palanque da Capela e a Bouça do doador; a nascente com a Bouça do Doador o muro da quinta do Convento de Vilar; a Sul com estrada camarária que conduz ao Convento e a Poente em linha recta, com o terreiro público que dá acesso ao escadório e este escadório.

O terreno doado tem a superfície de cerca três mil metros quadrados, representando, portanto três partes de vinte e cinco do total da bouça. O terreno doado será destinado a logradouro público, sem vedações nas suas confrontações quer a poente quer a sul, e especialmente affecto a uso para feiras, arraiais ou romarias, sob a superintendência da respectiva Junta de Freguesia, e fica sujeito a servidão de pé, carro, animais para a restante parte do prédio do doador de onde é desintegrado, fazendo os proprietários da dita restante parte utilização dessas serventias por onde entenderem.

Os proprietários da parte não doada ficarão com o direito de fixar marcos que julguem necessários para perfeita delimitação das extremas

entre a parte doada e não doada, do seu prédio, e designadamente, em volta do adro da Capela na extrema a cinco metros e noventa centímetros da parede norte da Capela e a seis metros e quarenta centímetros da parede nascente da Capela, assim como ficam com o direito de fazerem a vedação das ditas extremas por paredes ou muros entre a parte doada e não doada. Pelo primeiro outorgante e na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, que representa, foi dito que aceita esta doação nos termos exarados.

Assim o disseram e outorgaram...

Concluindo, parece não existirem dúvidas que o terreiro do Socorro é pertença da Freguesia, administrado pela Junta, embora, no século passado e princípios deste século o azeite das oliveiras se destinasse à Capela. A Junta, primeiramente de Paróquia, depois de Freguesia, sempre se mostrou responsável e administradora do terreiro em causa.

VIII

A FEIRA

Na década de vinte deste século começou a realizar-se, no terreiro do Socorro, uma feira de gado. A notícia mais antiga que possuímos da sua realização, veiculada pelo jornal *O Barcelense*, remonta a 9 de Julho de 1921.

Vamos transcrever na íntegra a publicidade feita quase um mês antes da festa:

Festa e Feira

Nos dias 6 e 7 de Agosto, na freguesia de Areias e Madalena de Vilar, realizar-se-á a tradicional romaria da Senhora do Socorro, onde haverá grande arraial, missa solene, Te Deum, sermão e uma vistosa procissão. Estes festejos serão abrilhantados por duas afamadas bandas de música.

No primeiro domingo de Agosto e na mesma freguesia também se efectuará a inauguração da feira anual da Senhora do Socorro. Espera-se que essa feira seja muito concorrida de gado cavalariço, bovino e caprino, para o que serão conferidos valiosos prémios para os melhores exemplares.

À nova feira, pois, da Senhora do Socorro, que se realizará todos os anos no primeiro domingo de Agosto na freguesia de Areias e Madalena de Vilar.

Este mesmo anúncio que se repete em 30 de Julho, parece não nos deixar dúvidas, que a feira se realizou pela primeira vez em 1921. Baseamos a nossa afirmação em dois pressupostos: Primeiro a publicidade das festas feita antes de 1921 nunca referiu a feira; segundo, pelo conteúdo da mensagem, mormente com as expressões *inauguração da feira* e *a nova feira*.

No ano de 1922 e seguintes sempre se refere a feira como parte integrante das festividades.

Em 16 de Julho de 1927, o mesmo periódico anunciava a festa do seguinte modo:

Em Areias de Vilar — Grande feira franca anual no Socorro no 1º domingo de Agosto.

No domingo, dia 7 de Agosto, no lindo e espaçoso terreiro do Socorro, da freguesia de Areias de Vilar, realiza-se a costumada feira franca anual de gado bovino e cavalariço, onde se verão os melhores exemplares de gado. Que ninguém falte a este mercado, que é um dos mais concorridos do Concelho de Barcelos e onde se fazem importantes transacções de gado. À Feira do Socorro, pois, que é no dia 7 de Agosto!

No *Notícias de Barcelos* de 13 de Julho de 1933, faz-se publicidade do evento nestes termos: *Feira Franca Anual — É no primeiro domingo de Agosto que se realiza a feira franca anual de gado bovino, no terreiro da Senhora do Socorro, em Areias de Vilar e Madalena.*

No mesmo jornal, de 10 de Agosto do mesmo ano, na secção «Página do Concelho», relata-se a feira nestes termos: *Realizou-se ontem, no terreiro de Nossa Senhora do Socorro, a tradicional feira franca anual de gado bovino, sendo deveras concorrida, mais do que nos últimos anos, apesar de não haver a festa religiosa costumada, o que deveras se fez sentir.*

Em documentos de família, para além da anotação da solicitação da publicidade feita em 6 de Julho, encontrámos uma outra informação que, embora em desacordo com o cronista, nos merece mais credibilidade. Sendo breve, é importante pelo conteúdo, objectividade e clareza: *Houve feira no Socorro, sendo pouco concorrida.*

Esta feira procurou incrementar-se na década de cinquenta, por razões óbvias. Se no princípio se realizou no primeiro domingo de Agosto, no final dos anos quarenta realizava-se no sábado antes da festa. Na década de cinquenta passou a realizar-se no primeiro domingo de Julho. Pretendeu-se, com esta mudança de dias, angariar aderentes e mais impacto de negócio, por parte dos agricultores e comerciantes, ou seja, fazer concorrência à feira da vizinha freguesia de S. Bento da Várzea.

Nunca resultou e a feira nunca foi palco de grandes transacções. Nem mesmo, a atribuição de prémios de presença e às melhores rezes serviu de isco ao seu desenvolvimento.

Ficou-se, quase sempre, pelos agricultores de Areias de Vilar que mostravam as juntas barrosãs de peles limpas, cornos lavados e azeitados, chamadas por moçoilas vestidas a rigor e rapazes munidos com as suas varas.

Acabou definitivamente na década de setenta, com o aparecimento das doenças dos bovinos e as proibições das feiras.

CONCLUSÃO

A capela que hoje temos no alto do Monte Redondo, denominado de Socorro, foi construída no século XIX. Antes, porém, no século XVII, existiu uma ermida, em lugar incerto, mas, segundo a tradição dentro dos muros da Quinta de Vilar.

Se encontrássemos documentos que nos provassem ter existido uma outra capela, construída no século XVIII, neste lugar ou noutro, sob a mesma invocação, maior que a ermida e mais pequena que a actual capela, não estranharíamos, e parecer-nos-ia da maior normalidade. Esses documentos, porém, a existirem, até ao momento não são do nosso conhecimento, pelo que nada mais podemos avançar.

É quase evidente que, durante mais de 40 anos, entre 1812 e 1855, simultaneamente existiram a ermida e a actual capela, havendo pois dois lugares de culto, um que se ia desactivando, enquanto que o outro tomava contornos de maior importância, dada a sua localização e a amplitude da construção.

Depois da construção de 1812, a capela sofreu, por diversas, vezes obras de recuperação e restauro. Não repugna que as obras realizadas em 1886, tenham sido mais que um restauro, mas de reestruturação e ampliação, com incidências no comprimento e no aumento de cêrcea.

Diremos que à laia de esclarecimento, num espaço de 200 anos, as construções religiosas, quer sejam igrejas quer capelas, mudam com frequência de sítio e sofrem obras de ampliação, deixando consequentemente de ser as mesmas. Aplicar este princípio à Capela de Nossa Senhora do Socorro é mais que normal e nada desprestigiante para os nossos antepassados.

Finalmente, a data que foi abusivamente alterada não vai, de modo algum, modificar a idade desta construção. A acontecer, equivaleria a dizer que o neto tinha a mesma idade do avô. A alteração da data não vai aumentar a devoção de quem quer que seja e não vai servir para a

obtenção de mais graças. Porém, dada a limitação humana, aos homens é sempre possível enganá-los.

Quanto ao espaço envolvente haja coragem e dinâmica para preservar o que ainda não foi estragado e combater, tanto quanto possível, a poluição ambiental e sonora que foi criada.

Areias de Vilar, 12 de Maio de 1996.

ÍNDICE

PREFÁCIO	9
NOTA PRÉVIA	13
SENHORA DO SOCORRO	15
A CAPELA	17
1. A Arquitectura	20
2. Os Algarismos	23
3. A Devoção e a Construção	27
4. Santuário Mariano	30
5. Memórias	31
6. Os Bens do Convento	31
7. Os paroquiais	35
8. Tradição Oral	37
9. Ermida e Capela coexistiram	38
DIREITOS E OBRIGAÇÕES	47
AS OBRAS	53
A FESTA	63
AS PEREGRINAÇÕES	71
ADRO E TERREIRO	75
A FEIRA	89
CONCLUSÃO	91

Esta obra acabou de imprimir-se na
Companhia Editora do Minho, S.A. – Barcelos
no mês de Junho
de 1996

biblioteca
municipal
barcelos



25286

A Capela da Senhora do
Socorro em Areias de Vilar